



# PROJETO ORLA

**PORTO BELO - SANTA CATARINA**

Prefeitura Municipal de Porto Belo – SC



**PROJETO ORLA – PORTO BELO**  
**SANTA CATARINA**

PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA  
**PORTO BELO**

Ministério do Meio Ambiente (MMA)  
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria do Patrimônio da União (SPU)

Prefeitura Municipal de Porto Belo  
Fundação Municipal de Turismo

VERSÃO PRELIMINAR

**Ministério do Meio Ambiente - MMA**

Izabella Teixeira - Ministra de Estado

**Departamento de Zoneamento Territorial  
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural**

Claudia Santos (Coordenadora do Projeto Orla - MMA)

**Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão**

Miriam Belchior - Ministra de Estado

**Secretaria do Patrimônio da União - SPU**

Alexandra Reschke – Secretária

**Coordenação Projeto Orla - SPU**

Reinaldo

**Coordenação Técnica Estadual de Santa Catarina (CTE/SC)**

Jorge Rebollo

**Secretaria de Planejamento e Gestão - Governo do Estado de SC - SPG**

Isolde Espindola

Superintendente do Patrimônio da União em Santa Catarina SPU/SC

Adelina Cristina Pinto

Coordenadora do Patrimônio da União em Santa Catarina SPU/SC/PROJETO ORLA

**Prefeitura Municipal de Porto Belo**

Albert Stadler - Prefeito

**Fundação Municipal de Turismo**

Alexandre Stodieck – Presidente da Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo

**Monitor do Projeto Orla**

Marcus Polette

## SUMÁRIO

---

Apresentação.....	6
Introdução.....	7
Objetivos.....	9
Identificação do executor.....	11
Base Legal do Projeto Orla.....	13
Limites de Análise do Projeto Orla para o Município de Porto Belo.....	16
Metodologia .....	18
Localização Da Área De Intervenção.....	21
A orla de porto belo – setores e trechos de paisagem.....	26
Apendice.....	30

VERSÃO PRELIMINAR

## APRESENTAÇÃO

---

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla, é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MPOG). As ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade.

Os seus objetivos estão baseados nas seguintes diretrizes:

- Fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço; desenvolvimento de mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada; e valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos.

Assim, o Projeto Orla para o município de Porto Belo em Santa Catarina, busca responder a uma série de desafios atuais e complexos tais como proteger a fragilidade dos ecossistemas da orla assim como buscar o desenvolvimento ordenado em curto médio e longo prazo do município. Assim, o estabelecimento de critérios para destinação de usos de bens da União, visando o uso adequado de áreas públicas, a existência de espaços estratégicos e de recursos naturais protegidos também se configuram em desafios para gestão da orla para o município de Porto Belo. Nesta primeira etapa de projeto – Oficina I, foi realizado um diagnóstico de natureza participativa tendo como referência:

- o reconhecimento da realidade local
- a apreensão dos fundamentos de avaliação paisagística
- uma aproximação gráfica dos conceitos paisagísticos no contexto local, e
- mapa com definição das unidades e trechos da orla.

Em uma primeira aproximação foi possível estabelecer as características dos diferentes setores e trechos da orla, levantar os principais problemas existentes, levantar os potenciais de uso e os projetos e planos existentes no município. Foram ainda levantados os principais atores responsáveis pela gestão da orla, assim entender os diferentes cenários (atual, tendencial e desejado) para Porto Belo. Nessa etapa, também foi possível preparar os atores para a consolidação das informações geradas, as quais servirão de subsídio à elaboração do Plano de Gestão Integrada propriamente dito na Oficina II. O produto final aqui apresentado se constitui de um diagnóstico consolidado e um primeiro escopo da relação dos problemas decorrentes e ações para solucioná-los.

## 1.INTRODUÇÃO

O Projeto Orla é um instrumento de política pública tendo como referência o Decreto 5300/04, mas vem sendo implementado desde 2001, inicialmente em caráter experimental e, posteriormente, nos municípios participantes do Programa Nacional de Meio Ambiente II (PNMAII). Até o presente momento o Projeto foi inserido como parte do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro em inúmeros municípios, e em vários estados brasileiros.

O principal objetivo do Projeto Orla é compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial do Governo Federal no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União. Assim, é proposto, inicialmente, estabelecer uma nova normatização no uso e gestão dos terrenos e dos acrescidos de marinha, que possam consolidar e orientar de forma cooperativa e harmônica as ações entre as três instâncias de governo que tem suas políticas praticadas na orla marítima.

O Projeto Orla é orientado pelo conceito de planejamento governamental, que preconiza a gestão compartilhada entre os três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), e busca, em sua concepção, a efetivação de parcerias intergovernamentais e com a sociedade civil organizada, com objetivo de estabelecer uma atuação articulada nos vários setores da administração pública.

Dada sua natureza e os seus objetivos, o Projeto Orla pressupõe o município de Porto Belo como sendo um dos agentes no processo de gestão da orla marítima, tendo este nível de governo, em conjunto com a sociedade civil organizada, e sob orientação e/ou fiscalização das demais esferas, o papel de definidor e executor das ações locais.

Para esta primeira fase é apresentado um diagnóstico da orla do município de Porto Belo de forma participativa considerando as bases metodológicas do Projeto Orla. Na fase do processo é pretendida uma ampla participação cidadã, pois a construção do Plano de Gestão Integrada da Orla Municipal – PGI deve ser concebido e embasado em metodologia participativa. Desta forma, garantindo uma ampla divulgação do Projeto Orla, de sua elaboração e futuramente a aplicação das ações prioritárias e a constituição do Comitê Técnico Estadual – CTE, que deverá se constituir na capacitação das pessoas a ser realizada no seminário e nas oficinas, tanto da sociedade civil organizada, como do poder público municipal, o qual passará pelo arranjo institucional já configurado no nível estadual e federal.



VISTA GERAL DE PORTO BELO - SC

O Plano de Gestão busca delinear as ações necessárias para a solução das questões relacionadas ao uso e ocupação dos espaços litorâneos, identificadas e discutidas durante o processo de capacitação, da qual participam representantes de setores com interesses incidentes na orla (exemplo: associações do setor produtivo, organizações não-governamentais, entidades de trabalhadores, movimentos populares, etc). Assim, o conjunto das ações definidas no Plano fortalece e efetiva o compromisso de compartilhamento administrativo, servindo também de parâmetros para a avaliação do andamento das atividades previstas.

O Plano de Gestão Integrada – PGI deve ter como base a conservação desta importante faixa costeira, a manutenção da função social da orla, e a valorização da biodiversidade local. O incremento da arrecadação do município sobre as atividades instaladas nessa faixa do litoral, a partir de regras claras que conduzam ao seu uso sob princípios de sustentabilidade e de ordenamento territorial também se insere como diretriz desta proposta.

Para este trabalho é proposto à construção consensuada de um Plano de Intervenção com a definição, caracterização e diagnóstico da área e os cenários formulados para as situações: atual, tendencial e desejável/possível para os diferentes trechos da orla.



Foi ainda possível identificar os principais conflitos que ocorrem nos trechos da orla do município de Porto Belo, assim como os problemas e impactos à eles relacionados. Por meio de um amplo processo participativo foi possível identificar os principais atores sociais e institucionais envolvidos na gestão da orla, sendo que estes posteriormente foram responsáveis pela condução do processo. A partir daí, foram definidas medidas e ações necessárias ao equacionamento e/ou mitigação existentes.

Foram ainda estabelecidas estratégias para a implementação e legitimação do Plano, seguidas pela descrição da sistemática de acompanhamento, avaliação, revisão e construção do cronograma geral do Plano.

O presente diagnóstico teve como base o levantamento de bibliografias disponíveis, assim como o reconhecimento da realidade por meio de uma série de trabalhos de campo. Posteriormente foi possível classificar a orla de Porto Belo, por meio dos usos mais frequentes da orla, os problemas mais evidentes assim como foi possível refletir sobre os desafios a serem empreendidos em nos trechos litorâneos mais complexos de gestão, visto os interesses setoriais existentes.

A contribuição do presente trabalho está em iniciar um processo de gestão ainda inédito no município de Porto Belo, e que pelos resultados alcançados será possível mudar os comportamentos indesejáveis existentes por meio de um intenso processo de participação e comprometimento entre todos os atores envolvidos neste intenso e vibrante processo.



VISÃO GERAL DO CANAL DE PASSAGEM – PORTO BELO

## 2. OBJETIVOS

### 2.1 Objetivo Geral

Diagnosticar a orla de Porto Belo sob o ponto de vista ambiental, social e econômico a fim de compatibilizar as políticas sociais, ambientais e patrimoniais do governo federal com as respectivas políticas municipais, estabelecendo assim diretrizes para o ordenamento do uso e ocupação da orla.

### 2.2 Objetivos Específicos

- A. Identificar e avaliar os principais temas ambientais, sociais e institucionais na orla de Porto Belo assim como suas implicações.
- B. Identificar os principais atores (governamentais e não governamentais) e seus respectivos interesses na orla.
- C. Verificar as lideranças governamentais e não-governamentais sobre os temas levantados.
- D. Selecionar os temas sobre os quais se enfocará os esforços a iniciativa de gestão da Orla.
- E. Definir as metas para a gestão ordenada da orla de Porto Belo

#### **Segundo o Ministério do Meio Ambiente, são objetivos gerais do Projeto Orla:**

- Compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial no trato da orla municipal promovendo a sua gestão e uso sustentável e valorizando o seu potencial;
- Fortalecer a capacidade e articulação de diferentes atores;
- Desenvolver mecanismos institucionais de mobilização social para a gestão integrada;
- Incentivar ao cumprimento da função social das Terras Públicas da União;
- Definir ações estratégicas que levem em consideração os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos da Orla, com vistas a formular o Plano de Intervenção.

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR

**Executor:**

Prefeitura Municipal de Porto Belo

**Co-executor:**

Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo

Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina - SPU/SC

**Parceiros:**

- Secretaria de Pesca e Agricultura de Porto Belo
- Fundação Municipal de Esportes de Porto Belo
- Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente de Porto Belo
- Procuradoria Municipal de Porto Belo
- Secretaria de Obras de Porto Belo
- APA da Ponta do Araçá
- Secretaria da Administração de Porto Belo
- Associação de Moradores e Amigos do Centro de Porto Belo - AMACPB
- Associação dos Moradores do bairro Araçá
- Associação Comunitária do Bairro Perequê
- Associação dos Moradores Amigos do Perequê
- Associação Porto Ambiental
- Associação dos Pescadores de Santa Luzia
- RPPN Catarinense
- Marinas de Porto Belo
- Brookfield
- CREA
- CDL de Porto Belo
- Associação dos Maricultores de Porto Belo
- Associação dos Pescadores Artesanais do trapiche de Porto Belo

- Ilha de Porto Belo
- Bares Flutuantes de Porto Belo



VISTA GERAL DE PORTO BELO

VERSI

#### 4. BASE LEGAL DO PROJETO ORLA

A concepção de gestão adotada pelo Projeto é amparada nas políticas ambiental e patrimonial brasileira e tem como base a seguinte legislação:

Nesta etapa são relacionadas às bases legais previstas para as ações normativas do Projeto Orla. Cabe destacar que o presente trabalho acompanha um levantamento da legislação pertinente. A concepção de gestão adotada pelo Plano de Gestão da Orla de Porto Belo é amparada nas políticas ambiental e patrimonial brasileira e tem como base as seguintes legislações:

BASE LEGAL FEDERAL	
Constituição Federal 1988	Garante o direito de todos os cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como estabelece o dever do Poder Público e de todos cidadãos de conservar o meio ambiente para as futuras gerações.
<a href="#">LEI N° 4.132/62</a>	Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre a sua aplicação
<a href="#">LEI N° 4.591/64</a>	Dispõe sobre o condomínio em edificações, de um ou mais imobiliárias
<a href="#">LEI N° 4.771/65</a>	Institui o <b>Código Florestal</b>
<a href="#">LEI N° 4.778, de 22/09/65</a>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de planos de loteamento para venda de terrenos em prestações
<a href="#">LEI N° 5.318, de 26/09/67</a>	Institui a <b>Política Nacional de Saneamento</b> e cria o Conselho Nacional de Saneamento
<a href="#">LEI N° 6.513, de 20/12/77</a>	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de interesse Turístico
<a href="#">LEI N° 6.766, de 19/12/79</a>	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano
<a href="#">LEI N° 6.902, de 27/04/81</a>	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental
<a href="#">LEI N° 6.938, de 31/08/81</a>	Dispõe sobre a <b>Política Nacional do Meio Ambiente</b> , seus fins e mecanismos de formulação e aplicação
<a href="#">LEI N° 7.347, de 24/07/85</a>	Disciplina Ação Civil Pública de Responsabilidades Por Danos Causados ao Meio Ambiente, ao Consumidor, a Bens de Direitos do Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico e Paisagístico
<a href="#">LEI N° 7.661, de 16/05/88</a>	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – <b>PNGC</b>

<b>BASE LEGAL FEDERAL</b>	
<a href="#">LEI Nº 7.754, de 14/04/89</a>	<a href="#">Estabelece medidas para proteção das florestas estabelecidas nas nascentes dos rios</a>
<a href="#">LEI Nº 7.797, de 10/07/89</a>	<a href="#">Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA</a>
<a href="#">LEI Nº 7.803, de 15/07/89</a>	Alterações do Código Florestal
<a href="#">LEI Nº 8.617, de 04/01/93</a>	Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros
<a href="#">LEI Nº 8.630, de 25/02/93</a>	Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias
<a href="#">LEI Nº 9.432, de 08/01/97</a>	Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário
<a href="#">LEI Nº 9.433, de 08/01/97</a>	<a href="#">Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – PNRH</a>
<a href="#">LEI Nº 9.605, 12/02/98</a>	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
<a href="#">LEI Nº 9.636, de 15/05/98</a>	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União
<a href="#">LEI Nº 9.785, de 29/01/99</a>	<a href="#">Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano)</a>
<a href="#">LEI Nº 9.795, de 27/04/99</a>	<a href="#">Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiente - PNEA</a>
<a href="#">LEI Nº 10.165, de 27/11/00</a>	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação - <b>PNMA</b>
<a href="#">LEI Nº 10.257, de 10/07/01</a>	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana - <b>Estatuto da Cidade</b>
DECRETO Nº 24.643 de 10/07/34	Decreta o <b>Código das Águas</b>
<a href="#">DECRETO-LEI Nº 25, de 30/11/37</a>	Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<a href="#">DECRETO-LEI Nº 2.490, de 16/08/40</a>	Estabelece Novas Normas para o Aforamento dos Terrenos de Marinha

BASE LEGAL FEDERAL	
DECRETO-LEI Nº 3.094, de 05/03/41	Dispõe sobre as fontes de águas minerais, termais e gasosas
DECRETO-LEI Nº 3.438, de 17/07/41	Esclarece e Amplia o Decreto-Lei nº 2.490, de 16 de agosto de 1940
DECRETO-LEI Nº 7.841, de 08/08/45	Código de Águas Minerais
DECRETO-LEI Nº 271, de 28/02/67	Dispõe sobre loteamento urbano, Responsabilidades do loteador, concessão de uso e espaço aéreo
DECRETO Nº 86.176, de 06/07/81	Regulamenta a Lei no 6.513 (Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico)
DECRETO Nº 88.351, de 01/06/83	Regulamenta a Lei nº 6.938 e Lei nº 6.902 (Política Nacional do Meio Ambiente e Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental)
DECRETO Nº 89.336, de 31/01/84	Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico
DECRETO Nº 94.076, de 05/03/87	Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas
DECRETO Nº 97.628, de 10/04/89	Regulamenta Art. 21 do Código Florestal
DECRETO Nº 97.632, de 10/04/89	Dispõe sobre a regulamentação do artigo 2º, Inciso VIII, da Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981
DECRETO Nº 97.822, de 08/06/89	Institui o Sistema de Monitoramento Ambiental e dos Recursos Naturais por Satélite - SIMARN
DECRETO Nº 98.161, de 21/09/89	Dispõe sobre a administração do Fundo Nacional de Meio Ambiente
DECRETO Nº 98.914, de 31/01/90	Dispõe sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural
DECRETO Nº 99.193, de 27/03/90	Dispõe sobre as atividades relacionadas ao zoneamento ecológico-econômico
DECRETO Nº 99.246, de 10/05/90	Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 99.193, de 27 de março de 1990
DECRETO Nº 99.274, de 06/06/90	Regulamenta a Lei nº 6.902 e Lei nº 6.938 (Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e Política Nacional do Meio Ambiente)

BASE LEGAL FEDERAL	
DECRETO Nº 1.354, de 29/09/94	Institui o Programa Nacional da Diversidade Biológica
Resolução CIRM nº 05, de 03/12/97	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC II
Resolução CONAMA nº 303, de 20/03/02	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente - APP

#### 4.1 Limites de Análise do Projeto Orla para o Município de Porto Belo

Segundo o Decreto 5300/04 a orla marítima é a faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar (Figura 1) .

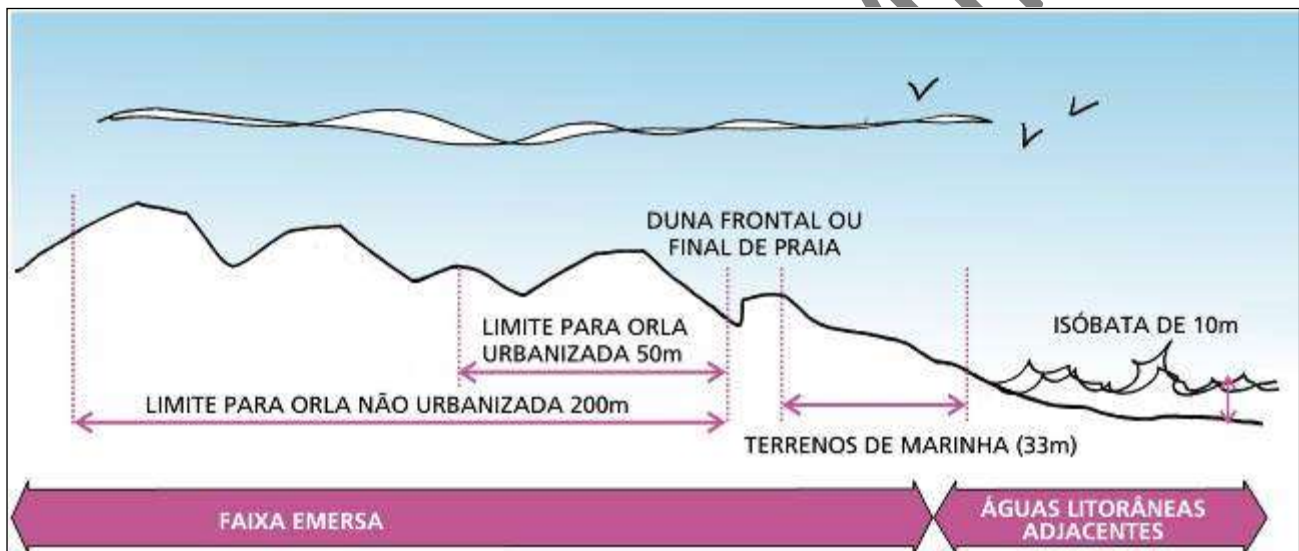


Figura 1. Limites do Projeto Orla.

Os limites da orla marítima ficam estabelecidos de acordo com os seguintes critérios:

I - **marítimo**: isóbata de dez metros, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimentos;

II - **terrestre**: cinquenta metros em áreas urbanizadas ou duzentos metros em áreas não urbanizada, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como as caracterizadas por feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, onde estão situados os terrenos de marinha e seus acréscidos.

Na faixa terrestre será observada, complementarmente, a ocorrência de aspectos geomorfológicos, os quais implicam o seguinte detalhamento dos critérios de delimitação:

I - **falésias sedimentares**: cinquenta metros a partir da sua borda, em direção ao continente;



II - **lagunas e lagoas costeiras:** limite de cinquenta metros contados a partir do limite da praia, da linha de preamar ou do limite superior da margem, em direção ao continente;

III - **estuários:** cinquenta metros contados na direção do continente, a partir do limite da praia ou da borda superior da duna frontal, em ambas as margens e ao longo delas, até onde a penetração da água do mar seja identificada pela presença de salinidade, no valor mínimo de 0,5 partes por mil;

IV - **falésias ou costões rochosos:** limite a ser definido pelo plano diretor do Município, estabelecendo uma faixa de segurança até pelo menos um metro de altura acima do limite máximo da ação de ondas de tempestade;

V - **áreas inundáveis:** limite definido pela cota mínima de um metro de altura acima do limite da área alcançada pela preamar;

VI - **áreas sujeitas à erosão:** substratos sedimentares como falésias, cordões litorâneos, cabos ou pontais, com larguras inferiores a cento e cinquenta metros, bem como áreas próximas a desembocaduras fluviais, que correspondam a estruturas de alta instabilidade, podendo requerer estudos específicos para definição da extensão da faixa terrestre da orla marítima.

Destaca-se ainda que os limites estabelecidos para a orla marítima, poderão ser alterados, sempre que justificado, a partir de pelo menos uma das seguintes situações:

I - dados que indiquem tendência erosiva, com base em taxas anuais, expressas em períodos de dez anos, capazes de ultrapassar a largura da faixa proposta;

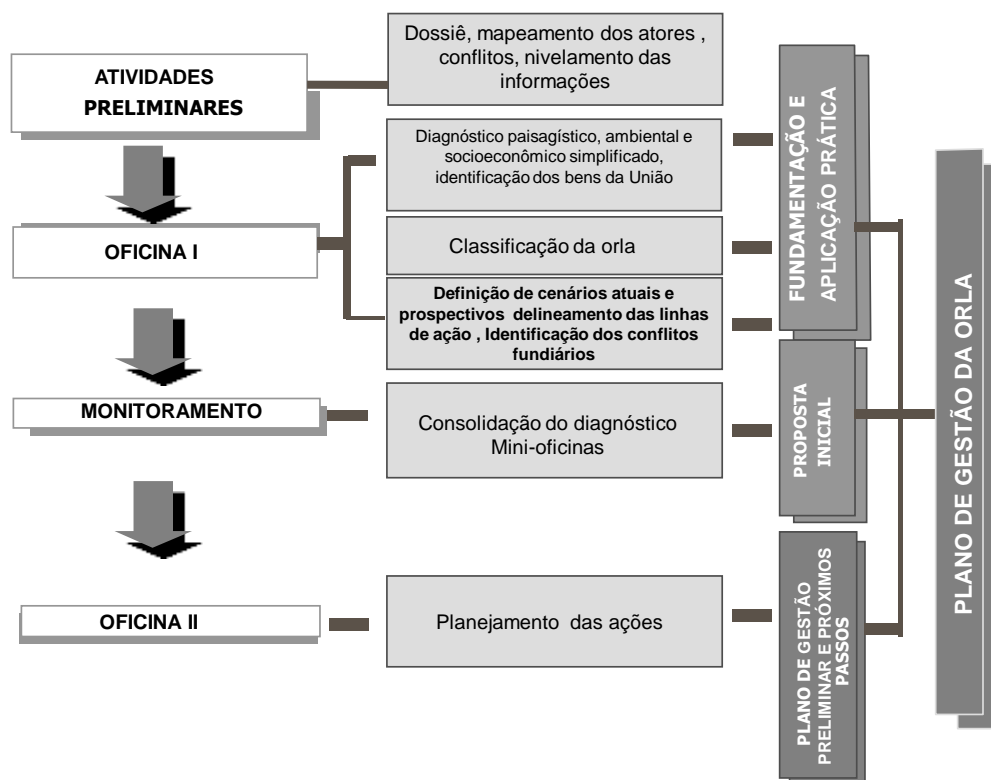
II - concentração de usos e de conflitos de usos relacionados aos recursos ambientais existentes na orla marítima;

III - tendência de avanço da linha de costa em direção ao mar, expressa em taxas anuais; e,

IV - trecho de orla abrigada cujo gradiente de profundidade seja inferior à profundidade de dez metros.

## 5. METODOLOGIA

A metodologia adotada para o Projeto Orla de Porto Belo teve como referência uma série de procedimentos que visa diagnosticar e propor mudanças de comportamento da população e a conservação, revitalização, e desenvolvimento paisagístico da orla.



Fluxograma para elaboração do diagnóstico para o Projeto Orla de Porto Belo - SC

Assim, para o desenvolvimento dos procedimentos para as Oficinas I e II, foram realizadas as seguintes atividades:

### OFICINA 1

Série de Palestras:

- SPU/Órgão Central - Gestão Patrimonial no Projeto Orla - Reinaldo Magalhães Redorat
- Fundamentos para Gestão da Orla Marítima - Cláudia Santos
- SP/SC - O ZEE - Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro
- Diagnóstico da Orla de Porto Belo - SC
- Apresentação dos Projetos previstos para a Orla

- Formação dos Grupos

- Demarcação dos trechos homogêneos da paisagem

- Construção do quadro sobre os problemas e potenciais da orla (Quadro 1)

- Delimitação da Orla e Classificação dos trechos homogêneos da paisagem e construção dos quadros sínteses das unidades e trechos da paisagem (Quadro 2)
- Resumo dos Resultados do Diagnóstico pelos Grupos
- Construção dos perfis por meio da identificação dos elementos conceituais
- Identificação e classificação e caracterização dos trechos e das faixas da orla
- Saída de Campo para a Orla de Porto Belo
- Desenvolvimento de Cenários
- Apresentação dos Cenários pelos Grupos

## OFICINA 2

- Construção dos quadros de ações e medidas estratégicas



Saída de Campo para a praia do Perequê – Porto Belo



Análise da Orla pelos participantes da Oficina 1



Levantamento de campo no Rio Perequê



Análise da paisagem no Pier Turístico de Porto Belo

## 6. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



VISTA GERAL DE PORTO BELO - SC

### 6.1 O Litoral de Santa Catarina

Os primeiros habitantes das terras ao nordeste de Santa Catarina foram os índios Carijós, que deixaram suas marcas através dos Sambaquis que são encontrados em vários lugares no município. Sambaquis são montes de conchas, esqueletos, restos de fragmentos dos alimentos, de humanos que habitavam o litoral na pré-história.

O povoamento do território catarinense está intimamente ligado, nos seus primórdios, aos interesses de navegações portuguesas e espanholas, que tiveram o litoral de Santa Catarina como ponto de apoio para atingir, principalmente, a região do Rio da Prata (sem mencionar as expedições de outras nacionalidades).

Pelo fato de o litoral catarinense servir como ponto de apoio, constatou-se que os primeiros povoadores foram náufragos, como, por exemplo, os sobreviventes de uma embarcação da expedição de João Dias Solis, os quais integraram-se à comunidade indígena.

Outros aparecem como os desertores, elementos que abandonaram a embarcação "San Gabriel" comandada por D. Rodrigo de Acuña, a qual fazia parte de uma expedição espanhola. Da mesma forma, da expedição de Caboto, em 1526, também apareceram desertores.

Portugal utilizou-se, largamente, do princípio jurídico do "uti possidetis", o direito do primeiro possuidor, tendo em vista a política de ampliação de seu território e a constância das expedições espanholas no litoral catarinense e sul do Brasil no século XVI.

Após a "União Ibérica", isto é, o fim dos laços que uniam Portugal e Espanha (1580-1640), os bandeirantes, cada vez mais, alargaram as fronteiras das terras portuguesas. São as bandeiras vicentistas (provenientes da Capitania de São Vicente), de caça ao índio, que atingem o Brasil meridional.

O litoral catarinense passou então a ser percorrido e conhecido, crescendo o interesse pela posse, com conseqüente ocupação. Tal povoamento efetivo teve início com a fundação de São Francisco, sob a responsabilidade de Manoel Lourenço de Andrade, que recebeu, de um herdeiro de Pero Lopes de Souza, procuração para estabelecer, mais ao sul, uma povoação que denominou de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, em 1658, cuja data tem sido alvo de discussão.

O primeiro município a ser criado na Capitania de Santa Catarina foi o de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul, hoje São Francisco do Sul, no ano de 1660; em 1714, era criado o segundo município, Santo Antônio dos Anjos da Laguna, atual Laguna. A vinda de imigrantes europeus para colonizar terras de Santa Catarina contribuiu para a expansão dos povoados e conseqüente aumento da população nos diversos setores que compõe o litoral.

## **6.2 O município de Porto Belo**

### **6.2.1 Localização**

Porto Belo localiza-se na zona fisiográfica de Florianópolis. A cidade fica a 47 km, em linha reta, da Capital do Estado e a 7 km da BR-101. O município é integrante da Associação dos Municípios da Foz do rio Itajaí-AMFRI e de SDR - Itajaí. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 27 9' 28" de latitude sul e 48 33' 11" de longitude a oeste de Greenwich.

Seus limites municipais são:

- ao Norte, com os municípios de Itapema e Camboriú e Oceano Atlântico
- ao Oeste, com o município de Tijucas
- ao Sul, com o município de Tijucas, Bombinhas e o Oceano Atlântico
- a Leste, com o município de Bombinhas.

### 6.2.2 A Colonização

Segundo Prefeitura de Porto Belo (2011) logo após o descobrimento do Brasil, a região da Enseada das Garoupas, muitas vezes foi visitada pelos portugueses, na tentativa de ocupar e colonizar suas terras. Esta terra porém não era rica em jazidas de ouro, o grande interesse da coroa portuguesa na época. Relatos dos navegadores eram sempre os mesmos “pobres em mina de ouro, as serras são muito próximas do mar, sendo suas terras alagadiças e impróprias para a agricultura”. Mas não deixam nunca de descrever a existência de uma enseada de águas tranqüilas e navegáveis, aninhando em suas águas uma pequena ilha nesta enseada, onde os navios poderiam abrigar-se de tempestades e ventos, em total segurança. Em 1703 aconteceu a primeira tentativa isolada de ocupação dessa terra.

O português Domingos de Oliveira Rosa fixou-se na Enseada, a procura de ouro. Desistiu logo em seguida, pois as jazidas eram pobres e não lhe deram o retorno necessário. Em meados do século XVIII, teve início o projeto do Governo Português de colonização açoriana no litoral catarinense, iniciou-se os povoamentos secundários. Foram enviados 60 casais vindos do Arquipélago dos Açores para iniciaram uma povoação, hoje, Porto Belo.

O crescimento desse povoado foi lento e difícil dada as dificuldades com o clima e ataque dos espanhóis. Ficou entregue a própria sorte, pois estava longe do centro administrativo da capitania de Santa Catarina. Em 1818, o povoado da enseada das Garoupas foi elevado à condição de Colônia com o nome de Nova Ericeira. Foram trazidas 101 pessoas entre homens e mulheres da localidade de Ericeira, uma colônia de pescadores, de Portugal continental. Tinham o objetivo de darem início a atividade pesqueira na região.

O nome Nova Ericeira, não chegou a se consolidar, continuando o local a chamar-se Enseada das Garoupas até 18 de dezembro de 1824, quando passou a denominar-se Vila de São Bom Jesus dos Aflitos de Porto Belo. Este nome surgiu, devido as suas belezas naturais e a tranqüilidade dessas águas. Em 13 de outubro de 1832 foi elevada a categoria de Município e teve a sua instalação em 7 de julho de 1837.

### 6.2.3 Economia

A economia do município de Porto Belo vem crescendo continuamente nos últimos anos, graças as atividades turísticas que o município vem desenvolvendo. Apesar de o turismo ser forte apenas nos três meses de verão, esse tem sido fundamental para que a cidade continue crescendo e se desenvolvendo. Devido a esse crescimento constante, o município vem sofrendo falta de infraestrutura, estradas e saneamento básico.

Junto ao turismo, outro setor que tem grande importância para a economia portobelense é o extrativismo animal, neste caso particular a pesca, onde possuímos a artesanal e industrial, essas, base de nossa economia.

Porto Belo apresenta ainda uma certa variedade de indústrias e um comércio local bem desenvolvido se levarmos em conta o seu número de habitantes e espaço geográfico, além da atividade de prestação de serviços. Temos como exemplo de indústrias, duas de pesca, cinco de esquadrias, uma de agropecuária e três de artefatos de cimento e construção civil.

A agricultura também está presente em nosso município, onde a estrutura fundiária é predominada pelas propriedades de 50 há., sendo que dos 163 estabelecimentos rurais, 88% são caracterizados como minifúndios, e ocupam aproximadamente de 30% do total de terras agrícolas do município. As principais culturas são de banana, cana de açúcar, feijão, mandioca, milho, batata, arroz e tomate.

A pecuária está presente com a bovinocultura, que é considerada em 80% das propriedades rurais como atividades secundárias. Temos também a avicultura, que está presente através de uma fábrica de ovos de grande produção.

A extração de madeira fica por conta de algumas propriedades, que são utilizadas como combustível para fornos e fogão, para a fabricação de carvão e beneficiamento.

A economia de Porto Belo gera uma renda média de ordem de três salários mínimos por família. Nossa população economicamente ativa é de 38,7% no seu total, sendo que 63,8% masculina e 36,2% feminina.

Para um melhor entendimento de nossa economia, esboçaremos um quadro mais amplo de nossas duas principais atividades econômicas, que são as grandes fontes de renda da maioria da população: a pesca e o turismo.

#### **6.2.4 A APA da Ponta do Araçá - Porto Belo**

A Área de Proteção Ambiental da Ponta do Araçá (APA da Ponta do Araçá) está localizada no extremo leste do município de Porto Belo. Criada através do Decreto 395 de 30 de abril de 2008, com aproximadamente 140,7 hectares, a APA da Ponta do Araçá é uma unidade de conservação de uso sustentável que ainda não possui Plano de Manejo. O presente projeto de pesquisa está em processo de desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Catarina, em atendimento ao Termo de Referência 001/2009, elaborado pela Prefeitura Municipal de Porto Belo no intuito de orientar os limites de estudos para a elaboração de pesquisa dos meios biológicos, físicos e antrópicos para subsidiar a elaboração de uma proposta de gestão e planejamento da APA da Ponta do Araçá, através de um Plano de Manejo.





## 7. A ORLA DE PORTO BELO – SETORES E TRECHOS DE PAISAGEM



Setores da Orla do município de Porto Belo - SC

VERSÃO



**Setores da Orla do município de Porto Belo – Santa Luzia**

Assim os diversos setores do município de Porto Belo foram subdivididos em trechos com seus respectivos limites. Cabe observar que alguns limites dos trechos serão ainda avaliados pelo Comitê Gestor de Orla

Setor	Trecho	Limites
Perequê	Rio Perequezinho	Av. Gov. Celso Ramos) até a Foz do Rio – Limite: 15 metros da margem
	Trecho 2:	Foz do Rio Perequêzinho até Rua Rubens Alves – Limite: Rua Atílio Fontana
	Trecho 3	Rua Rubens Alves até Alm. Fonseca Neves – Limite Rua Atílio Fontana
	Lagoa	Rua Durvalino Voltolini até a Foz do Braço da Lagoa – Limite 15 metros de cada lado no braço da lagoa até a Foz, Atílio Fontana até Hironildo Conceição na área da lagoa
	Trecho 5	R. Alm. Fonseca Neves até ponte do Rio Perequê BR 101 – Limite Av Atílio Fontana e 30 metros da margem do Rio Perequê
	Trecho 6	Ponte do Rio Perequê até BR 101 – Limite 200 metros

Setor	Trecho	Limites
Centro	Vieiras	Costão das Vieiras
	Praia do Centro	A ser definido pelo Comitê Gestor da Orla
	Baixio	A ser definido pelo Comitê Gestor da Orla
	Enseada da Encantada	A ser definido pelo Comitê Gestor da Orla
Ilha de Porto Belo	Praia	A ser definido pelo Comitê Gestor da Orla
	Praia do Tanque	A ser definido pelo Comitê Gestor da Orla
	Piscina	A ser definido pelo Comitê Gestor da Orla
	Costões	A ser definido pelo Comitê Gestor da Orla
Araçá	Trecho 1	Do final do late Clube até a ponte da entrada da Vila do Araçá.
	Trecho 2	Praia do Araçá e Prainha até o início da APA Ponta do Araçá
	Trecho 3	APA Ponta do Araçá
Santa Luzia	Santa Luzia	Comunidade de Santa Luzia
Marinho	Marinho	Setor único

Tendo inicialmente como referencia uma análise dos setores e trechos analisados e valendo-se da base conceitual sobre as tipologias da orla (suporte físico e forma de ocupação), além do conhecimento de cada participante sobre as formas de uso, problemas e potenciais de cada trecho, foi realizado um primeiro enquadramento em classes A, B ou C. A classificação da orla possibilita assim a identificação de diferentes situações do estado atual de um dado trecho da orla, levando à orientação de estratégias de ação para alcançar o cenário desejado.

#### Classes e Enquadramento dos trechos da Orla para o município de Porto Belo

Setor	Trecho	Limites			
			A	B	C
Perequê	Rio Perequezinho	Av. Gov. Celso Ramos) até a Foz do Rio – Limite: 15 metros da margem			
	Trecho 2	Foz do Rio Perequezinho até Rua Rubens Alves – Limite: Rua Atílio Fontana			
	Trecho 3	Rua Rubens Alves até Alm. Fonseca Neves – Limite Rua Atílio Fontana			
	Lagoa	Rua Durvalino Voltolini até a Foz do Braço da Lagoa – Limite 15 metros de cada lado no braço da lagoa até a Foz, Atílio Fontana até Hironildo Conceição na área da lagoa			
	Trecho 5	R. Alm. Fonseca Neves até ponte do Rio Perequê BR 101 – Limite Av Atílio Fontana e 30 metros da margem do Rio Perequê			
	Trecho 6	Ponte do Rio Perequê até BR 101 – Limite 200 metros			

Setor	Trecho	Limites			
			A	B	C
Centro	Vieiras	Costão das Vieiras		Amarelo	
	Praia do Centro	A ser definido pelo Comitê Gestor			Vermelho
	Baixio	A ser definido pelo Comitê Gestor			Vermelho
	Enseada da Encantada	A ser definido pelo Comitê Gestor			Vermelho
Ilha de Porto Belo	Praia	A ser definido pelo Comitê Gestor		Verde	
	Praia do Tanque	A ser definido pelo Comitê Gestor		Verde	
	Piscina	A ser definido pelo Comitê Gestor		Verde	
	Costões	A ser definido pelo Comitê Gestor		Verde	
Araçá	Trecho 1	Do final do late Clube até a ponte da entrada da Vila do Araçá.		Amarelo	
	Trecho 2	Praia do Araçá e Prainha até o início da APA Ponta do Araçá		Amarelo	
	Trecho 3	APA Ponta do Araçá			Verde
Santa Luzia	Santa Luzia	Comunidade de Santa Luzia		Amarelo	
<b>Marinho</b>	Marinho	Setor único			Verde

Classe A: trecho da orla marítima com atividades compatíveis com a preservação e conservação das características e funções naturais, possuindo correlação com os tipos que apresentam baixíssima ocupação, com paisagens com alto grau de conservação e baixo potencial de poluição;

Classe B: trecho da orla marítima com atividades compatíveis com a conservação da qualidade ambiental ou baixo potencial de impacto, possuindo correlação com os tipos que apresentam baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente modificadas pela atividade humana e médio potencial de poluição;

Classe C: trecho da orla marítima com atividades pouco exigentes quanto aos padrões de qualidade ou compatíveis com um maior potencial impactante, possuindo correlação com os tipos que apresentam médio a alto adensamento de construções e população residente, com paisagens modificadas pela atividade humana, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição sanitária, estética e visual.



# **DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA ORLA DE PORTO BELO**

**PROJETO ORLA**

**PORTO BELO - SC**

**Setor Perequê**



VERSÃO PR

**SETOR 1: PEREQUÊ****Trecho 1: Rio Perequêzinho (Av. Gov. Celso Ramos) até a Foz do Rio – Limite: 15 metros da margem**

<b>Configuração local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em Implantação</b>
----------------------------------	------------------	------------------	--

VERSÃO PRELIMINAR



<ul style="list-style-type: none"> <li>- Área com ocupação urbana desordenada (muros de arrimo, etc)</li> <li>- Utilizada para pesca</li> <li>- Trânsito de barcos</li> <li>- Ausência de mata ciliar</li> <li>- Presença de empreendimentos comerciais</li> <li>- Presença de duas estações de recalque da rede de esgoto e saneamento básico – em construção</li> <li>- Presença de duas pontes no trecho com trânsito intenso</li> <li>- Casas de residência principal e de veraneio</li> <li>- Trapiches e rampas para uso das embarcações de pesca</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ocupação irregular das margens do rio (muros, etc)</li> <li>- Rede pluvial com possíveis ligações clandestinas de esgoto</li> <li>- Pontes baixas não permitindo a vazão da água</li> <li>- Enchentes</li> <li>- Lixo proveniente dos bairros</li> <li>- Falta de mata ciliar</li> <li>- Aterros</li> <li>- Falta de fiscalização e policiamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesca artesanal</li> <li>- instalação de áreas de preservação</li> <li>- Ponte na Rua Brusque</li> <li>- Revitalização do entorno do rio para contemplação: ciclovia, passeio público</li> <li>- recuperação da vegetação</li> <li>- Reconstrução das pontes</li> <li>- Limpeza do rio</li> <li>- Saneamento básico para os lotes lindeiros ao rio</li> </ul>	<p>Sem planos e/ou projetos para a área em questão</p>
--	--	--	--

VERSÃO PRELIMINAR

**SETOR 1: PEREQUÊ****Trecho 2: Foz do Rio Perequêzinho até Rua Rubens Alves – Limite: Rua Atílio Fontana**

<b>Configuração local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em Implantação</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Praia com ocupação urbana</li><li>- Área utilizada para banho</li><li>- Existência de ranchos de pescadores e postos de vigia para pesca da Tainha</li><li>- Utilizada para pesca de vara</li><li>- Existência de casas de barco de pescadores</li><li>- Esportes náuticos (banana boat, jet sky, caiaque)</li><li>- Esportes na areia: ginástica na praia, caminhada, corrida, bike, vôlei, futebol</li><li>- Casas de veraneio para aluguel</li><li>- Presença de acessos da rua Atílio Fontana para praia (ruas/servidões)</li><li>- Presença de áreas de vegetação de restinga</li><li>- Pousadas na orla</li><li>- Comércio de ambulantes e quiosques na orla</li><li>- Existência de restaurantes</li><li>- Existência de comércio (bares, mercados, farmácia, padaria) sazonal, ao longo da avenida</li><li>- Trecho arborizado</li><li>- Iluminação e lixeiras</li><li>- Chuveiros públicos</li><li>- Avenida asfaltada com trecho ainda com calçamento</li><li>- Em implantação o sistema de esgoto</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- animais na praia</li><li>- falta de estacionamento</li><li>- acesso precário a praia</li><li>- poluição das águas</li><li>- falta de banheiros públicos</li><li>- falta de chuveiros</li><li>- insuficiente número de lixeiras</li><li>- falta de iluminação na Foz do Rio</li><li>- limpeza da praia insuficiente</li><li>- prática de esportes fora dos horários previstos</li><li>- conflito entre pescadores e público (rede de espera)</li><li>- Empresa de depósito de banheiros públicos</li><li>- falta de postos de salva vidas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- incremento dos esportes aquáticos</li><li>- incremento da pesca artesanal</li><li>- instalação de áreas contemplativas</li><li>- Reurbanização e incremento da Avenida Atílio Fontana</li><li>- Incentivar a abertura de estabelecimentos comerciais na avenida e beira mar</li><li>- Preservação das áreas de restinga</li><li>- implantação de calçamento</li><li>- conscientização da comunidade local</li><li>- espaço para comercialização do pescado</li><li>- Revitalização dos acessos</li><li>- Conscientização e Fiscalização: Praia Limpa, sem animais e lixo na praia</li><li>- delimitação de áreas esportivas</li><li>- regularização fundiária</li><li>- calçamento a beira mar</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Projeto já aprovado de calçamento, ciclovia, saneamento, drenagem e passeio</li></ul>

Configuração local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em Implantação
---------------------------	-----------	-----------	---

**SETOR 1: PEREQUÊ**

Trecho 2: Foz do Rio Perequêzinho até Rua Rubens Alves – Limite: Rua Atílio Fontana

Configuração local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em Implantação
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Praia com ocupação urbana</li> <li>- Área utilizada para banho</li> <li>- Existência de ranchos de pescadores e postos de vigia para pesca da Tainha</li> <li>- Utilizada para pesca de vara</li> <li>- Existência de casas de barco de pescadores</li> <li>- Esportes náuticos (banana boat, jet sky, caiaque)</li> <li>- Esportes na areia: ginástica na praia, caminhada, corrida, bike, vôlei, futebol</li> <li>- Casas de veraneio para aluguel</li> <li>- Presença de acessos da rua Atílio Fontana para praia (ruas/servidões)</li> <li>- Presença de áreas de vegetação de restinga</li> <li>- Pousadas na orla</li> <li>- Comércio de ambulantes e quiosques na orla</li> <li>- Existência de restaurantes</li> <li>- Existência de comércio (bares, mercados, farmácia, padaria) sazonal, ao longo da avenida</li> <li>- Trecho arborizado</li> <li>- Iluminação e lixeiras</li> <li>- Chuveiros públicos</li> <li>- Avenida asfaltada com trecho ainda com calçamento</li> <li>- Em implantação o sistema de esgoto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- animais na praia</li> <li>- falta de estacionamento</li> <li>- acesso precário a praia</li> <li>- poluição das águas</li> <li>- falta de banheiros públicos</li> <li>- falta de chuveiros</li> <li>- insuficiente número de lixeiras</li> <li>- falta de iluminação na Foz do Rio</li> <li>- limpeza da praia insuficiente</li> <li>- prática de esportes fora dos horários previstos</li> <li>- conflito entre pescadores e público (rede de espera)</li> <li>- Empresa de depósito de banheiros públicos</li> <li>- falta de postos de salva vidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- incremento dos esportes aquáticos</li> <li>- incremento da pesca artesanal</li> <li>- instalação de áreas contemplativas</li> <li>- Reurbanização e incremento da Avenida Atílio Fontana</li> <li>- Incentivar a abertura de estabelecimentos comerciais na avenida e beira mar</li> <li>- Preservação das áreas de restinga</li> <li>- implantação de calçamento</li> <li>- conscientização da comunidade local</li> <li>- espaço para comercialização do pescado</li> <li>- Revitalização dos acessos</li> <li>- Conscientização e Fiscalização: Praia Limpa, sem animais e lixo na praia</li> <li>- delimitação de áreas esportivas</li> <li>- regularização fundiária</li> <li>- calçamento a beira mar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto já aprovado de calçamento, ciclovia, saneamento, drenagem e passeio</li> </ul>

**Setor 1: Perequê**

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Praia com ocupação urbana</li> <li>- Área utilizada para banho</li> <li>- Existência de ranchos de pescadores e postos de vigia para pesca da Tainha</li> <li>- Utilizada para pesca de vara</li> <li>- Existência de casas de barco de pescadores</li> <li>- Esportes náuticos (banana boat, jet sky, caiaque)</li> <li>- Esportes na areia: ginástica na praia, caminhada, corrida, bike, vôlei, futebol</li> <li>- Casas de veraneio para aluguel</li> <li>- Presença de acessos da rua Atílio Fontana para praia (ruas/servidões)</li> <li>- Presença de áreas de vegetação de restinga</li> <li>- Pousadas na orla</li> <li>- Comércio de ambulantes e quiosques na orla</li> <li>- Existência de restaurantes</li> <li>- Existência de comércio (bares, mercados, farmácia, padaria) sazonal, ao longo da avenida</li> <li>- Trecho arborizado</li> <li>- Terrenos baldios</li> <li>- Posto Salva Vidas</li> <li>- Iluminação e lixeiras</li> <li>- Em implantação o sistema de esgoto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- animais na praia</li> <li>- falta de estacionamento</li> <li>- acesso precário a praia</li> <li>- poluição das águas</li> <li>- falta de banheiros públicos</li> <li>- falta de chuveiros</li> <li>- insuficiente número de lixeiras</li> <li>- falta de iluminação</li> <li>- limpeza da praia insuficiente</li> <li>- prática de esportes fora dos horários previstos</li> <li>- conflito entre pescadores e público (rede de espera)</li> <li>- ocupação irregular das construções da Av. Atílio Fontana</li> <li>- Região pouco comercial com pouca ocupação na baixa temporada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- instalação de praças municipais</li> <li>- incremento dos esportes aquáticos</li> <li>- incremento da pesca artesanal</li> <li>- instalação de áreas contemplativas</li> <li>- Reurbanização e incremento da Avenida Atílio Fontana</li> <li>- Incentivar a abertura de estabelecimentos comerciais na avenida e beira mar</li> <li>- Preservação das áreas de restigl</li> <li>- implantação de calçadão</li> <li>- conscientização da comunidade local</li> <li>- espaço para comercialização do pescado</li> <li>- Revitalização dos acessos</li> <li>- Conscientização e Fiscalização: Praia Limpa, sem animais e lixo na praia</li> <li>- delimitação de áreas esportivas</li> <li>- regularização fundiária</li> <li>- calçadão a beira mar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto já aprovado de calçamento, ciclovia, saneamento, drenagem e passeio</li> </ul>
--	---	---	---

<b>Trecho 4: Lagoa - Rua Durvalino Voltolini até a Foz do Braço da Lagoa – Limite 15 metros de cada lado no braço da lagoa até a Foz, Atilio Fontana até Hironildo Conceição na área da lagoa</b>			
<b>Configuração Local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em Implantação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- existência de construções, edifícios e casas,</li> <li>- estrutura de uma casa noturna desativada</li> <li>- construção comercial: bar, camping, pizzaria</li> <li>- ponte com trânsito leve</li> <li>- área urbanizada, com construções irregulares</li> <li>- presença de área de mangue</li> <li>- loteamentos em implantação</li> <li>- vegetação nativa no entorno da lagoa e braço da lagoa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- lançamento de esgoto na lagoa e braço</li> <li>- construções irregulares nas margens da lagoa e braço</li> <li>- diminuição da vegetação de mata ciliar</li> <li>- ocupação desordenada</li> <li>- desmatamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalação de parque municipal</li> <li>- Instalação de áreas de preservação</li> <li>- Revitalização do entorno</li> <li>- Recuperação e manutenção da mata ciliar</li> <li>- Regularização fundiária</li> <li>- Municipalização do Lagoa Club (antigo Café Pinhão) integrado ao parque municipal da Lagoa</li> <li>- Estudo da dragagem da lagoa para facilitar a navegação e criadouro de peixes</li> </ul>	<p>Sem planos e/ou projetos para a área em questão</p>

VERSÃO PRELIMINAR

**Setor 1: Perequê****Trecho 5: R. Alm. Fonseca Neves até ponte do Rio Perequê BR 101 – Limite Av Atílio Fontana e 30 metros da margem do Rio Perequê**

<b>Configuração Local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em Implantação</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- área urbanizada</li><li>- existência de Marinas</li><li>- área utilizada para pesca</li><li>- presença de trapiches / atracadouros</li><li>- presença de área de restinga</li><li>- presença de uma área grande de mangue</li><li>- ponte com trânsito intenso</li><li>- navegação de barcos e lanchas, jet sky</li><li>- esportes náuticos</li><li>- Área com muito caranguejo</li><li>- posto de salva vidas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- construções irregulares</li><li>- açoreamento da Foz do Rio</li><li>- poluição do Rio</li><li>- hidrodinâmica do braço da lagoa</li><li>- Esgoto tratado de Itapema jogado no Rio da Fita, afluente do Rio Perequê</li><li>- ausência de vegetação de mata ciliar em alguns trechos</li><li>- dificuldade de navegação em função do açoreamento do Rio</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- incremento de atividades náuticas</li><li>- área de pesca</li><li>- passeio público para contemplação</li><li>- instalação de praça pública</li><li>- recuperação de mata ciliar</li><li>- Necessidade de um estudo da Foz do Rio Perequê</li><li>- Propor ação conjunta com Itapema</li></ul>	<p>Sem planos e/ou projetos para a área em questão</p>

Setor 1: Perequê			
Trecho 6: Ponte do Rio Perequê até BR 101 – Limite 200 metros			
Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em Implantação
<ul style="list-style-type: none"> <li>- área pouco urbanizada (lado de Porto belo)</li> <li>- divisa de municípios</li> <li>- área de criação de gado</li> <li>- área de preservação</li> <li>- área de mangue</li> <li>- área de pesca</li> <li>- área de navegação de pequenas embarcações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- poluição do rio com esgoto</li> <li>- área de possível investimento imobiliário</li> <li>- Arrozais</li> <li>- Plantio de eucaliptos nas margens do rio</li> <li>- em implantação projeto imobiliário</li> <li>- Esgoto tratado de Itapema jogado no Rio da Fita, afluente do Rio Perequê</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- implantação de parque municipal</li> <li>- área de preservação permanente</li> <li>- criadouro natural de peixes, caranguejos,</li> <li>- preservar o habitat natural de diversas espécies de animais</li> </ul>	<p>Sem planos e/ou projetos para a área em questão</p>

VERSÃO PRELIMINAR

**PROJETO ORLA**

**PORTO BELO - SC**

**Setor Centro**



VERSÃO R



<b>Setor: Centro</b>			
<b>Trecho: Vieiras</b>			
<b>Configuração local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em Implantação</b>
<p>Área que inicia no rio Perequêzinho seguindo pela Atilio Fontana até a Av. Governador Celso Ramos até o costão no lado da praia Central.</p> <p>Existem pequenas praias utilizadas apenas pela população local e áreas do costão</p>	<p>Dificuldade de acesso</p> <p>Falta de fiscalização quanto a utilização</p> <p>Falta de sinalização da praia</p> <p>Degradação das margens do rio</p> <p>Degradação da mata</p> <p>Estrutura deficiente da ponte sobre o rio Perequêzinho</p> <p>Falta de padronização de calçadas da rua Atilio Fontana e Governador Celso Ramos</p>	<p>Mergulho</p> <p>Trilhas</p> <p>Pesca</p> <p>Esportes náuticos (caiaque)</p> <p>Turismo de contemplação</p>	<p>Sem planos e/ou projetos para a área em questão</p>

**Setor: Centro****Trecho: Praia do Centro**

Configuração local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em Implantação
<p>Inicia no costão das Vieiras até o píer, abrangendo toda a praia Central até a Av. Gov. Celso Ramos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Praia de banhistas</li> <li>- Passeios de barco</li> <li>- Marinas</li> <li>- Esportes náuticos</li> <li>- Comércio</li> </ul>	<p>Falta de acessibilidade às PNEs Ausência de acessos ou deficiência destes (Ilha do Pirão e Morro do Sol) Falta de fiscalização nas marinas Falta de fiscalização na drenagem pluvial (óleo e postos de gasolina) Falta de padronização das calçadas em toda a Av. Gov. Celso Ramos Rede de alta tensão entre Bombinhas e Porto Belo Calçadas e muros na areia da praia Falta de fiscalização da dragagem do rio Rebelo e local de deposição de material Ausência de arborização Falta de continuidade da praia sobre o rio da Vina Ausência de banheiros e chuveiros na praia Falta de pontos comerciais (quiosques) na praia Poluição dos rios Ausência de ciclovia na Av. Gov. Celso Ramos Insuficiência de lixeiras e limpeza da praia Falta de fiscalização quanto a animais na praia Ausência de áreas de lazer (academias populares) Alagamentos na Av. Gov. Celso Ramos, na rua Jose Manuel Serpa até R. Nena Trevisan Precariedade do transporte público Distribuição do fluxo de trânsito de veículos</p>	<p>Praias para banhistas e PNEs (portadores de Necessidades Especiais)</p> <p>Esportes náuticos (iatismo e caiaques)</p> <p>Programas orientados de caminhadas</p> <p>Urbanização padronizada do Centro e da Av. Gov. Celso Ramos com desenvolvimento da identidade cultural</p> <p>Turismo histórico</p> <p>Exploração comercial da orla (organizado e padronizado)</p>	<p>Projeto de revitalização do Centro histórico</p>

Setor: Centro Trecho: Baixio			
Configuração local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em Implantação
<p>Inicia no píer passando pelo Rio Rebelo até o início da Enseada da Encantada, abrangendo toda a praia do Baixio até a Av. Gov. Celso Ramos incluindo o manguezal.</p> <p>Prática de esportes</p> <p>Pesca artesanal</p> <p>Esportes náuticos</p> <p>Puxada de barcos</p> <p>Marinas</p>	<p>Necessidade de apresentação de projetos de revitalização do centro histórico com a realocação da puxada de pescadores, em oficina setorial com os interessados</p> <p>Ausência de fiscalização nas marinas</p> <p>Baixa utilização da praia do rio Rebelo até a Enseada da Encantada</p> <p>Tráfego e uso de drogas</p> <p>Resíduos de produtos químicos resultantes de reparos de embarcações</p> <p>Alagamentos na Av. Gov. Celso Ramos</p> <p>Falta de fiscalização quanto a degradação ambiental na área do mangue</p> <p>Normatização e fiscalização do funcionamento das marinas</p> <p>Rede de alta tensão na Av. Gov. Celso Ramos</p> <p>Fiscalização de poluentes (óleos e lubrificantes) no sistema de drenagem pluvial</p> <p>Ausência de passeios públicos na praia e calçadas padronizadas na Av. Gov. Celso Ramos</p> <p>Falta de acessibilidade aos PNEs</p> <p>Precariedade do transporte público</p>	<p>Práticas esportivas</p> <p>Esportes náuticos</p> <p>Áreas de caminhada</p> <p>Práticas esportivas de inclusão social</p> <p>Turismo receptivo</p> <p>Atividades pesqueiras artesanais</p> <p>Atividades comerciais</p>	<p>Projeto de revitalização do centro histórico</p> <p>Projeto da puxada dos pescadores</p>

**Setor: Centro****Trecho: Enseada da Encantada**

<b>Configuração local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em Implantação</b>
Inicia na praia do Jet até a praia do Araújo	Construções irregulares Falta de regulamentação ou padronização dos trapiches Ausência de passeios públicos e ciclovias Ausência de fiscalização no late Clube (monitoramento) Falta de conhecimento dos processos de monitoramento e fiscalização dos resíduos da empresa Pioneira da Costa Ausência de mirantes e de estruturas de áreas de contemplação (Belvederes) Ausência de quiosques Ausência de ciclovia e passeio público na estrada Geral do Araújo	Esportes náuticos Instalação de mirantes Exploração de comércio Mergulho Pesca Maricultura Ecoturismo Monitoramento da água no entorno do late Clube e Pioneira	Projeto de implantação de uma praça Projeto de marina pública

**PROJETO ORLA**

**PORTO BELO - SC**

**Setor Ilha de Porto Belo**



VERSÃO PRELIMINAR

**SETOR: ILHA DE PORTO BELO****Trecho: Praia**

<b>Configuração Local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação</b>
Atividade turística de sol e mar consolidada há 15 anos, com serviços desenvolvidos (Atendimento e locação de equipamentos. Turísticos alimentação, trilha museu, atividades náuticas, sanitários )	Necessidade de aplicação de conscientização quanto a proposta do equipamento visto eventuais dificuldade de entendimento do usuário quanto a preservação da ilha (resistência).	Turístico com ênfase na qualidade da água (balneabilidade) e segurança.	Eco-resort Ilha de Porto Belo.

VERSÃO PRELIMINAR

**SETOR: ILHA DE PORTO BELO****Trecho: Praia do Tanque**

<b>Configuração Local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação</b>
Visitação turística restrita por condições naturais (costão), uso para atividade de pesca de lazer.	Vestígios de fogueiras e presença de lixo	Atrativo cultural: muro de armação da pesca da baleia na região (1824), prática de mergulho.	Recuperação de estrutura histórica para visitação.

VERSÃO PRELIMINAR

**SETOR: ILHA DE PORTO BELO**

---

**Trecho: Piscina**

<b>Configuração Local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação</b>
Visitação turística restrita por condições naturais (costão), uso para atividade de pesca , banho e mergulho.	Acúmulo de lixo decorrente de recentes instalações de bar flutuante e maricultura irregulares (já desativadas).	Mergulho.	Eco-resort Ilha de Porto Belo

VERSÃO PRELIMINAR



**SETOR: ILHA DE PORTO BELO****Trecho: Costões**

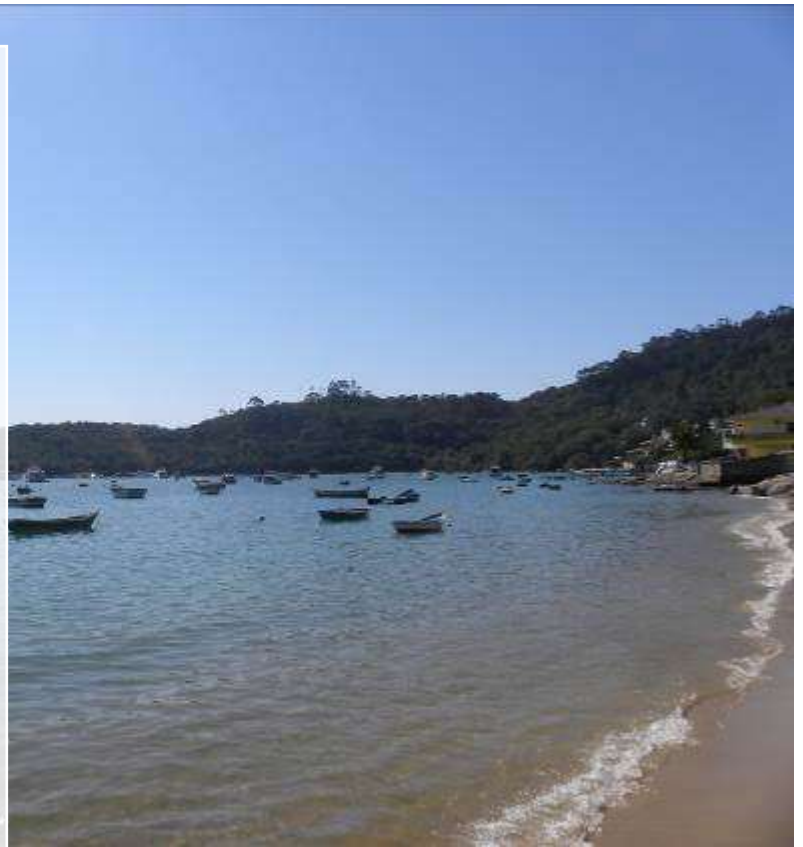
Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
Estado natural, uso para prática de pesca de vara e afins.	Assentamentos para pescaria e eventuais acampamentos para esta finalidade (resultando em lixo nestes pontos), indícios de atividade de caça (possível coleta de plantas), possível coleta de animais marinhos.	Prática de mergulho, pescarias.  Conservação da biodiversidade.	Eco-resort Ilha de Porto Belo

VERSÃO PRELIMINAR

**PROJETO ORLA**

**PORTO BELO - SC**

**Setor Araça**



VERSÃO PRELIMINAR

**SETOR: SETOR 04 – S4 ARAÇÁ**

**Trecho: 01** do fim do late Clube até a ponte da entrada da Vila do Araçá.

Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<p>1.Área de grande fragilidade ambiental;</p> <p>2.Área de extrema beleza cênica;</p> <p>3.Área requer baixa densidade nas atividades de turismo e Pesca;</p> <p>4.Manutenção das características de comunidade pesqueira tradicional;</p> <p>5.Baixa densidade de ocupação;</p> <p>6.Declividade acentuada próxima ao costão;</p> <p>7.Vegetação degradada em diferentes estágios de regeneração;</p>	<p>1.Cobertura vegetal degradada;</p> <p>2.Um acesso secundário irregular em topo de morro, com pontos de erosão e sem uso atualmente;</p> <p>3.Construções em costão em área de alta declividade, da união e provavelmente ilegais;</p> <p>4. Necessidade de mais um acesso rodoviário, pois o atual já está estrangulado (por trás do espaço pensado para aumento do bairro? Item 1 do “Potencial”)</p>	<p>1.Previsão de uma área para aumento ordenado e de baixa densidade de ocupação demográfica para o S4;</p> <p>2. estrada cênica, de alta relevância paisagística;</p> <p>3.Apresenta locais com potencial natural para mirantes;</p>	<p>Sem planos e/ou projetos para a área em questão</p>

**Setor: Setor 04 – S4 Araçá****Trecho: 02 - Praia do Araçá e Prainha até o início da APA Ponta do Araçá**

<b>Configuração Local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação</b>
<p>1. Área de grande fragilidade ambiental;</p> <p>2. Área de extrema beleza cênica;</p> <p>3. Área requer baixa densidade nas atividades de turismo e Pesca;</p> <p>4. Manutenção das características de comunidade pesqueira tradicional;</p> <p>5. Via de acesso estrangulada;</p> <p>6. Sede da comunidade pesqueira tradicional;</p> <p>7. Relevo acidentado;</p> <p>8. Espaço atual saturado para novas residências da comunidade tradicional;</p> <p>9. Identidade cultural bastante acentuada;</p> <p>10. Principal comunidade pesqueira artesanal do Estado de Santa Catarina;</p> <p>11. Na Prainha, aumento da densidade habitacional em direção ao topo do morro;</p>	<p>1. Casas construídas e em construção sobre o costão ou na praia;</p> <p>2. Trapiches irregulares para residências;</p> <p>3. Descaracterização da orla; “Criação de praia artificial”;</p> <p>4. Esgotamento sanitário;</p> <p>5. Falta de qualificação arquitetônica;</p> <p>6. Falta de Planejamento Urbano;</p> <p>7. Cachorros na praia;</p> <p>8. Insegurança quanto a instabilidade do solo na área ocupada da Prainha;</p> <p>9. Falta uma rampa para puxada de barcos do pescador artesanal. ( na Prainha? Qual o melhor lugar?)</p>	<p>1. Ponto propício no canto direito da Praia do Araçá para Turismo e pesca artesanal (requer um trapiche municipal), mas que não interfira no uso da praia, uma forma semelhante ao que existe nas escunas de Porto Belo;</p> <p>2. Utilização do Grande Trapiche pelo setor de pesqueiro e turismo de Escuna também como posto náutico de abastecimento de óleo diesel; prever uma fábrica de gelo no espaço que já existe.</p> <p>3. Praia calma, com potencial de uso por famílias, terceira idade ou portadores de necessidades especiais (PNEs);</p> <p>4. Potencial histórico da Comunidade que requer a instalação de um museu da pesca e da cultura do Araçá;</p> <p>5. Igreja da Prainha com grande potencial turístico;</p> <p>6. Elaboração de um Plano Municipal de Erradicação de áreas de risco</p> <p>7. Plano de Regularização Fundiária</p>	<p>Sem planos e/ou projetos para a área em questão</p>

**SETOR: SETOR 04 – S4 ARAÇÁ**

**Trecho: 03 APA Ponta do Araçá**

Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<p>1.Área de grande fragilidade ambiental;</p> <p>2.Área de extrema beleza cênica;</p> <p>3.Área com baixa densidade demográfica;</p> <p>4.Área para atividades de turismo de baixo impacto;</p> <p>5.Relevo acidentado e recortado com praias e costões;</p> <p>6.Cobertura Vegetal em bom estado de conservação;</p> <p>7. Área de grande pressão imobiliária;</p> <p>8.Área com proprietários de alto poder aquisitivo</p>	<p>1.Turismo desestruturado quanto ao uso de costões e pesca;</p> <p>2.Fechamento das servidões como via de acessos ao costão e praias;</p> <p>3.Alguns locais com desmatamento(supressão vegetal);</p> <p>4.Caça ilegal;</p> <p>5.Falta de um parâmetro arquitetônico em harmonia com o local gerando agressão visual;</p>	<p>1.turismo ecológico de contemplação, trilhas e observação de aves;</p> <p>2. Pequenas praias com potencialidades naturais e turísticas para receber pequenas demandas qualificadas;</p> <p>3.Sítio geológico importante com formações rochosas semelhantes as encontradas no continente Africano;</p> <p>4. Capelinha de Santo Equizeo;</p> <p>5.Apresenta locais com potencial natural para mirantes, e um centro de observação e estudos;</p>	<p>1. Plano de Manejo em desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Catarina;</p>

**PROJETO ORLA**

**PORTO BELO - SC**

**Setor Santa Luzia**



VERSÃO PRÉ

<b>PROJETO ORLA PORTO BELO</b>			
<b>Setor: Santa Luzia</b>			
<b>Trecho: Comunidade de Santa Luzia</b>			
<b>Configuração local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em Implantação</b>
<p>Comunidade pesqueira artesanal</p> <p>Economia local baseada na pesca e construção naval</p> <p>Produção de pescado direto ao consumidor</p> <p>Fisicamente mais próximos com o município de Tijucas</p> <p>Possui cerca de 50 embarcações</p> <p>Existem cinco estaleiros pequenos</p> <p>Moradias unifamiliares</p> <p>Indústria de manipulação de pescado de pequena escala</p> <p>Cerca de 08 casas comerciais de pesca</p>	<p>Falta de um molhe da Barra do rio Santa Luzia como também o desassoreamento do rio e detonação de uma pedra na desembocadura do rio;</p> <p>Regularização fundiária;</p> <p>Falta de Saneamento básico</p> <p>Falta de licenciamento dos locais de beneficiamento.</p> <p>Destinação inadequada dos resíduos dos pescados</p> <p>Falta de tratamento de água</p> <p>Falta de acessos e pavimentação e continuidade do que já foi iniciado</p> <p>Rio assoreado no meio e nas margens</p> <p>Falta de regras para construção</p> <p>Falta de uma puxada pública</p> <p>Altos impostos da União nas Áreas de terreno de Marinha</p> <p>Falta de galeria no acesso principal de Santa Luzia</p> <p>Peixarias necessitam de regularização de acordo com as regras da CIDASC</p>	<p>Continuar como uma comunidade tradicional pesqueira</p> <p>Gastronomia pesqueira artesanal</p> <p>Industrialização do pescado (Beneficiamento industrial e artesanal)</p> <p>Licenças para os pescadores com a devida regulamentação de documentação</p> <p>Documentação e regularização fundiária dos terrenos de marinha</p> <p>Construção de molhe</p> <p>Construção de uma puxada pública</p> <p>Acesso adequado para a praia Canguá</p> <p>Saneamento básico</p> <p>Salgas organizadas</p> <p>Regularização das peixarias (manipulação do pescado) SIF, SIE e SIM</p> <p>Fábrica de gelo e subsídio do óleo diesel</p> <p>Regularização dos ranchos</p>	<p>Sem planos e/ou projetos para a área em questão</p>

**PROJETO ORLA**

**PORTO BELO - SC**

**Setor Marinho**



VERSÃO R



**PROJETO ORLA PORTO BELO**

**Setor: MARINHO**

**Trecho: MARINAS**

Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perequê</li> <li>- Vieiras</li> <li>- Praia Central</li> <li>- Enseada Encantada</li> <li>- Praia do Baixio</li> <li>- Santa Luzia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de sinalização Marítima</li> <li>- Falta de Infraestrutura para abastecimento</li> <li>- Poluição marinha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Padronização das Marinas e áreas para manutenção e incrementos para embarcação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Marina pública</li> </ul>

VERSÃO PRELIMINAR

## PROJETO ORLA PORTO BELO

---

**Sector: MARINHO**

**Trecho: Área Marítima Industrial**

<b>Configuração Local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação</b>
- Enseada Encantada - Santa Luzia - Araça (Trapiche)	- Poluição Ambiental (no momento do desembarque do pescado e no abastecimento ) - Falta de Sinalização náutica e área específica	- Área de abastecimento e desembarque de pescado	Sem planos e/ou projetos para a área em questão

VERSÃO PRELIMINAR

**PROJETO ORLA PORTO BELO**

**Sector: MARINHO**

**Trecho: Ancoradouro de Barco de Pesca Industrial**

Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Araçá</li> <li>- Caixa D'Aço</li> <li>- Enseada Encantada</li> </ul>	<p><b>Inverno / Verão:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conflito de Embarcações</li> <li>- Morada Flutuante (Vigia)</li> <li>- Poluição</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Padronização das Marinas e áreas para manutenção e incrementos para embarcação</li> </ul>	<p>Sem planos e/ou projetos para a área em questão</p>

VERSÃO PRELIMINAR

## PROJETO ORLA PORTO BELO

---

**Setor: MARINHO**

**Trecho: Esportes Náuticos (Jet Sky, Caiaque, Windsurf, etc...)**

<b>Configuração Local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Ilha João Cunha</li><li>- Praia Central</li><li>- Vieiras</li><li>- Praia do Baixio</li><li>- Praia do Araça</li><li>- Praia do Estaleiro</li><li>- Perequê</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Conflito entre embarcações</li><li>- Invasão área de Banhistas</li><li>- Falta de Sinalização</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Potencial Turístico e esportes Náuticos</li></ul>	Sem planos e/ou projetos para a área em questão

VERSÃO PRELIMINAR

**PROJETO ORLA PORTO BELO**


---

**Setor: MARINHO**
**Trecho: Cercos de Pesca Predatória**

Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estaleiro (2)</li> <li>- Saco do Lopes</li> <li>- Pioneira da Costa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conflito com embarcações</li> <li>- Conflito com Pesca Esportiva e Artesanal</li> <li>- Descaracterização Costeira</li> <li>- Conflito com Maricultura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Área com grande potencial turístico e Pesqueiro</li> <li>- Seminário Local</li> </ul>	Sem planos e/ou projetos para a área em questão

VERSÃO PRELIMINAR

## PROJETO ORLA PORTO BELO

---

Setor: MARINHO

Trecho: Área de Mergulho

Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"><li>- Costão das Vieiras</li><li>- Ilha João da Cunha lado de fora</li><li>- Costão da Ponta do Caixa D'Aço até ponta do Estaleiro</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Conflito com Embarcações</li><li>- Falta de sinalização</li><li>- Conflito com pesca Desportiva</li><li>- Pesca Predatória</li><li>- Lixo Fundo do Mar</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Boa área de Mergulho</li></ul>	<p>Sem planos e/ou projetos para a área em questão</p>

VERSÃO PRELIMINAR

**PROJETO ORLA PORTO BELO**

**Setor: MARINHO**

**Trecho: Área de Maricultura**

Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ponta das Vieiras</li> <li>- Ilha João da Cunha</li> <li>Extremo Sul parte de dentro e de fora</li> <li>- Costão do Araujo</li> <li>- Costão do Lopes</li> <li>- Ponta Norte Praia do Estaleiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conflito Pesca Artesanal</li> <li>- Conflito com Mergulhadores</li> <li>- Poluição</li> <li>- Conflito com Embarcações, melhores pontos de sinalização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comercial devido produção artesanal e industrial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PLDM – Plano de Desenvolvimento da Maricultura</li> </ul>

VERSÃO PRELIMINAR

## PROJETO ORLA PORTO BELO

---

**Setor: MARINHO**

**Trecho: Área de Lazer Náutico (Locação de Equipamentos – Caiaques, Banana Boat, etc...)**

<b>Configuração Local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Perequê</li><li>- Ilha João da Cunha</li><li>- Caixa D’Aço</li><li>- Praia do Baixio</li><li>- Praia Jet Sky</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Área não sinalizada para Prática</li><li>- Conflito com Pescadores</li><li>- Falta de Sinalização de Raia de entrada e saída (somente na ilha e Perequê tem infraestrutura)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Atração Lazer Náutico</li><li>- Aprendizado</li><li>- Promover eventos Náuticos o ano todo</li></ul>	<p>Sem planos e/ou projetos para a área em questão</p>

VERSÃO PRELIMINAR



**PROJETO ORLA PORTO BELO**

**Sector: MARINHO**

**Trecho: Pesca Desportiva (Praia e Costões)**

Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
- Toda área de estudo	- Veraneio - Conflito com outras atividades (Banhistas, Mergulho, Maricultura) - Lixo Ponta Estaleiro - Pesca Predatória (Falta de Fiscalização e Informação)	- Lazer Turístico	Sem planos e/ou projetos para a área em questão

VERSÃO PRELIMINAR

## PROJETO ORLA PORTO BELO

---

Setor: MARINHO

Trecho: Área de Banhistas

Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"><li>- Perequê</li><li>- Vieiras até Trapiche dos Pescadores</li><li>- Caixa D'Aço</li><li>- Araça</li><li>- Ilha João da Cunha</li><li>- Praia do Estaleiro</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Falta de sinalização da área de banhistas (bóias 200mts)</li><li>* somente 2 pontos sinalizados (Caixa D'Aço e Ilha)</li><li>- Conflito entre Banhistas e embarcações</li><li>- Falta de Salva Vidas</li><li>- Falta de Balneabilidade</li><li>- Falta de pontos de coleta de água para análise pela FATMA.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- turístico e lazer</li></ul>	<p>Sem planos e/ou projetos para a área em questão</p>

**PROJETO ORLA PORTO BELO****Setor: MARINHO****Trecho: Ancoradouro de Barcos de Pesca Artesanal**

<b>Configuração Local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Praia Central de Porto Belo</li> <li>- Enseada Encantada</li> <li>- Araça</li> <li>- Caixa D'Aço</li> <li>- Costão das Vieiras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conflitos com embarcações turísticas</li> <li>- Poluição</li> <li>- Poitas Irregulares</li> <li>- Ponto de Atracadouros (Chatas)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Boa Área</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Unidade física do ICMBio</li> <li>Capitânia dos Portos com sede em Porto Belo</li> </ul>

VERSÃO PRELIMINAR

## PROJETO ORLA PORTO BELO

---

**Setor: MARINHO**

**Trecho: Área de Ancoradouro de Lazer**

Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
- Caixa D'Aço - Praia do Estaleiro - Ilha João da Cunha - Praia Central de Porto Belo - Costão das Vieiras - Enseada Encantada	<b>Verão</b> - Conflito com Embarcações (fixação irregular poitas) - Depósito de Lixo - Óleo <b>Inverno</b> Menor Volume mas os mesmos	- área boa para ancoradouro	Marina Publica

VERSÃO PRELIMINAR

**PROJETO ORLA PORTO BELO**

**Setor: MARINHO**

**Trecho: Pesca Artesanal (Sazonal)**

Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<p>- Toda área de estudo, inclusive a Baía de Porto Belo onde é feito o arrasto do camarão "pulador" (cujo local de pesca é ilegal)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesca ilegal (Fiscalização)</li> <li>- Falta de sinalização</li> <li>- Desrespeito com o período do Defeso</li> <li>- Conflito entre embarcações e Maricultura</li> <li>- mortalidade de tartarugas marinhas</li> </ul>	<p>- Área boa para pesca e turismo</p>	<p>Unidade física do ICMBio</p> <p>Capitânia dos Portos com sede em Porto Belo</p>

VERSÃO PRELIMINAR

## PROJETO ORLA PORTO BELO

Setor: MARINHO

Trecho: Bares Flutuantes

Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
BARES FLUTUANTES - Caixa D'Aço - Enseada Encantada	- Conflitos com pescadores - limitação velocidade embarcações	- Potencial econômico e turístico - limitação do numero de bares no município tendo como base a capacidade de carga das áreas analisadas Regularização do espaço aquático	Unidade física do ICMBio Capitania dos Portos com sede em Porto Belo
CASAS FLUTUANTES - Enseada Encantada	- Poluição Ambiental e Visual - Situação Irregular	- área de ancoradouro de Barcos - retirada total das casas flutuantes	

**PROJETO ORLA PORTO BELO**


---

**Sector: MARINHO**
**Trecho: Puxada de Barcos (Manutenção)**

Configuração Local e Usos	Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Praia do Baixio</li> <li>- Enseada Encantada</li> <li>-Caixa D'Aço</li> <li>- Santa Luzia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Localização Indevida</li> <li>- Poluição Visual e Química</li> <li>- Calado</li> <li>- Obstrução de passeio de pedestres</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Locais Especificos para puxada de Barcos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Unidade física do ICMBio</li> <li>Capitânia dos Portos com sede em Porto Belo</li> <li>Proposta requalificação Puxada Baixio</li> </ul>

VERSÃO PRELIMINAR

## PROJETO ORLA PORTO BELO

---

**Sector: MARINHO**

**Trecho: Tráfego Marítimo**

<b>Configuração Local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação</b>
- Toda área de estudo	<ul style="list-style-type: none"><li>- Conflito entre atores envolvidos</li><li>- Falta de sinalização</li><li>- Falta de Demarcação</li><li>- Problemas Ambientais</li><li>- Falta de Fiscalização</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Turístico e econômico</li><li>- Melhoria no fluxo das embarcações</li></ul>	Sem planos e/ou projetos para a área em questão

VERSÃO PRELIMINAR



**PROJETO ORLA PORTO BELO**

---

**Setor: MARINHO****Trecho: Ancoradouro Navios ( Transatlânticos e Comerciais)**

<b>Configuração Local e Usos</b>	<b>Problemas</b>	<b>Potencial</b>	<b>Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação</b>
Área Externa da Ilha João Cunha	<ul style="list-style-type: none"><li>- Ancoragem Incorreta</li><li>- Buracos</li><li>- Possível poluição pela água de lastro</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Boa ancoragem</li></ul>	Demarcação dos pontos de fundeio Poitas de ancoragem

VERSÃO PRELIMINAR

# PROJETO ORLA – PORTO BELO



OFICINA II

## 8. Ações e Medidas Estratégicas

Nesta segunda oficina de gestão da orla, foi possível iniciar o desenvolvimento dos mecanismos de participação e controle social tendo como referência a valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos do município de Porto Belo.

O presente resultado busca apresentar as etapas relativas ao processo que se seguiu após a Oficina I que teve como referência o diagnóstico social e ambiental do município realizado de forma participativa. Nesta etapa cabe destacar a reunião realizada no bairro de Santa Luzia junto as principais lideranças locais onde foi possível estabelecer um diagnóstico mais próximo da realidade local.

Esta *segunda* etapa foi o momento de consolidar as informações geradas, as quais serviram de subsídio à elaboração do Plano de Gestão Integrada propriamente dito. Essa fase foi realizada pela equipe local e contou com a assistência do instrutor. Os produtos finais foram os diagnósticos consolidados e um primeiro escopo da relação dos problemas decorrentes e ações para solucioná-los.

A **Oficina II**, com duração de quatro dias, esteve voltada para a consolidação das propostas de ação, o preenchimento de eventuais lacunas no diagnóstico e, sobretudo, à definição de estratégias para execução, acompanhamento, avaliação e cronograma de implementação do Plano de Gestão Integrada.

VERSÃO PRELIMINAR

# PROJETO ORLA – PORTO BELO



OFICINA II

Prefeitura Municipal de Porto Belo - SC



**PROJETO ORLA – PORTO BELO**

**SANTA CATARINA**

# PROJETO ORLA

**Ministério do Meio Ambiente - MMA**  
Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável

**Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão**  
Secretaria do Patrimônio da União (SPU)

**Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina**  
Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro

**Prefeitura Municipal de Porto Belo**  
Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo

## PLANO DE GESTÃO INTEGRADA

PORTO BELO / SC

**2011**

## PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA

### **Ministério do Meio Ambiente - MMA**

Izabella Teixeira - Ministra de Estado

### **Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável**

Roberto Vizentin - Secretário

### **Departamento de Zoneamento Territorial - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural - DZT**

Adalberto Ebehard – Diretor

### **Gerente da Gerência Costeira**

Leila Swerts

### **Equipe Técnica MMA**

Márcia Oliveira

Cláudia Regina dos Santos

Adelias Freires Bastos

### **Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão**

Miriam Belchior - Ministra de Estado

### **Secretaria do Patrimônio da União (SPU)**

Maria Paula Mota Lara – Secretária

### **Departamento de Caracterização do Patrimônio**

Eliane Hirai

### **Departamento de Destinação Patrimonial**

Luciano Ricardo Azevedo Roda

### **Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Local**

André Luís Pereira Nunes

**Equipe Técnica - SPU**

Reinaldo Magalhães Redorat  
Maria Nelcina Matos  
Cícero Ribeiro de Souza Júnior  
Renata Português de Souza Braga

**Coordenação Técnica Estadual de Santa Catarina (CTE/SC):**

Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina SPU/SC (Governo Federal)  
Secretaria de Estado do Planejamento – SPG Governo do Estado de Santa Catarina

**Superintendente do Patrimônio da União em Santa Catarina – SPU**

Isolde Espindola - Superintendente

Adelina Cristina Pinto (Kica) - Coordenadora de Projetos Especiais/Projeto Orla - SPU  
Tereza Cristina Godinho Alves – Coordenadora de Destinação Patrimonial - SPU  
José Carlos Bauer – Coordenador de Identificação e Fiscalização - SPU  
Gerson Piva – Arquiteto da Coordenação de Identificação e Fiscalização - SPU  
Marco Antônio H. Pessoa de Almeida – Divisão de Receita Patrimonial  
Marco Aurélio Testoni – Divisão de Cobrança.

**Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina**

Filipe Mello – Secretário  
Célia Fernandes – Diretora do Desenvolvimento das Cidades  
Luz Marina Steckert – Gerente de Apoio à Gestão das Cidades  
Jorge Rebollo Squera – Coordenação de Gerenciamento Costeiro  
Bianca Parizotto – Técnica da Secretaria de Planejamento

**Prefeitura Municipal de Porto Belo**

Albert Stadler - Prefeito

**Fundação Municipal de Turismo**

Alexandre Stodieck  
Presidente da Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo

**Monitor do Projeto Orla**



## APRESENTAÇÃO

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MPOG) cujas ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. Os objetivos estão baseados no fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço.

Nesta segunda oficina de gestão da orla foi possível desenvolver os mecanismos de participação tendo como referência a valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos do município de Porto Belo.

O presente relatório busca apresentar as etapas relativas ao processo que se seguiu após a Oficina I que teve como referência o diagnóstico social e ambiental do município realizado de forma participativa. Nesta etapa cabe destacar a reunião realizada no bairro de Santa Luzia junto às principais lideranças locais onde foi possível estabelecer um diagnóstico mais próximo da realidade local.

Nesta fase a inserção dos mapas de ordenamento territorial marinho podem ser considerados como pioneiros no Brasil no que se refere ao Projeto Orla. O conjunto de atividades desenvolvidas na Oficina II visa à sistematização das informações e análises produzidas nas fases anteriores, contando, para isto, com o roteiro de elaboração do Plano de Gestão. O Plano é um documento elaborado no final do processo que estabelece as diretrizes para gestão da orla, servindo, inclusive, como documento complementar à celebração de termos de cooperação entre os municípios, os governos federal e estadual, convênios e outros instrumentos de implementação.

### QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DO PLANO NO PROJETO ORLA?

**Detalhar e justificar as ações que o município pretende realizar para superar os problemas identificados no diagnóstico e instalar uma gestão sustentável da orla. Trata-se, portanto, de uma manifestação de interesse técnico e político, fundamentada no planejamento, com procedimentos, meios e cronogramas bem especificados.**

## INTRODUÇÃO

O Projeto Orla busca o ordenamento dos espaços litorâneos, principalmente nas áreas sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. Para o município de Porto Belo o Projeto Orla busca compatibilizar os diversos tipos de uso e ocupação existentes/preteridos para orla: conservação ambiental, comunidades pesqueiras, turismo, atividade portuária, espaços de lazer, entre outros.

O presente documento apresenta um consistente plano de ações da Oficina II que no seu conjunto configura como um importante marco de planejamento participativo para o município de Porto Belo. A Oficina II se caracterizou pela avaliação dos participantes, dos resultados obtidos na execução da agenda de consolidação, levantando os principais avanços e dificuldades, assim como os meios para superação dos problemas e conflitos existentes nos setores e trechos analisados.

Para alcançar os objetivos pretendidos, a metodologia estabelecida teve como base procedimentos compatíveis com a tomada de decisão na escala municipal tendo como referência duas oficinas de capacitação. Para isto destacam-se os procedimentos de construção coletiva estabelecidos tendo como produto final um Plano de Gestão Integrada de natureza setorial e institucional. Além do presente produto cabe ainda considerar a constituição de Comitê Gestor Municipal, que é o núcleo de articulação e deliberação do Projeto Orla em nível local, especialmente junto aos diferentes atores e à sociedade. Destaca-se que os Planos de gestão serão aprovados e formalizados na Audiência Pública.

Neste sentido, foram sistematizados uma série de quadros com levantamento de problemas e linhas de ação. Estes foram amplamente discutidos em grupos setoriais e apresentados em plenária por meio de quadros de problemas e linhas de ação definidas para cada trecho costeiro. Desta forma foi possível discutir a abrangência e viabilidade das ações, o período indicado e os atores responsáveis. O resultado desta atividade está na presente sistematização dos trabalhos de grupo por meio do presente plano de gestão. Estes podem ser considerados segundo os temas propostos, como programas de gestão, e as ações como projetos específicos que por meio de um amplo processo de mobilização tendo

como base o Comitê Gestor da Orla serão responsáveis por colocar em prática um intenso processo de mudança comportamental da população portobelense, assim como da imensa diversidade existente na paisagem do município de Porto Belo.

As ações aqui propostas são referencias para um modelo de gestão de curto, médio e longo prazo tendo como base os princípios da gestão costeira integrada. Para isto são apresentados diferentes passos, que estruturados de forma planejada e participativa, servirão de base para a inserção do Projeto Orla de Porto Belo pelo Comitê Gestor. A contribuição do presente trabalho está em inserir o Projeto Orla como instrumento da política pública (**DECRETO Nº 5.300/04, que regulamenta a lei 7661/88**) no município de Porto Belo e estabelecer um processo democrático de tomada de decisões baseado na integração institucional e setorial.

No Brasil ainda não existem muitas experiências de elaboração de Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro. As experiências de Planos Diretores encontram-se mais avançadas, apesar de uma série de problemas quanto à democratização efetiva dos processos de elaboração e implementação, adequação ao Estatuto da Cidade, concretização das suas propostas e auto-aplicabilidade dos seus instrumentos. Nesse sentido, sugere-se utilizar, como referência, os procedimentos para a elaboração do Plano Diretor, com a devida adaptação quanto às articulações técnicas e políticas, para a elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro que deverá, necessariamente, incorporar a metodologia de elaboração do Plano de Gestão Integrada do Projeto Orla.

Fonte: Projeto Orla (2006)



VERSÃO PRELIMINAR

## ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DO PROJETO ORLA DE PORTO BELO

Para fins de estruturação do projeto Orla do município de Porto Belo, especificamente os planos de gestão, foram adotadas como base as premissas básicas do processo de gestão costeira integrada. Este tem como referência a adoção da seqüência lógica do processo de seguimento das ações necessárias para que estas possam ser aplicadas de forma segura e duradoura tendo como referência a inserção do Comitê Gestor no processo de gestão da orla.

Assim ao longo da orla portobelense o desafio da conservação e do desenvolvimento passa a ser fundamental tendo como premissa um processo de planejamento de longo prazo que possa estabelecer os passos necessários para a consecução das ações empreendidas nas oficinas I e II do Projeto Orla.

Paradoxalmente, inúmeros são os conflitos entre as necessidades de uso imediato dos recursos costeiros e as necessidades para proteger e conservar os recursos ali existentes. Devido à forte demanda econômica decorrente dos usos da faixa da orla, assim como dos potenciais problemas e conflitos gerados pelas mudanças de clima fica evidente a urgência de ações efetivas para reverter os problemas existentes. Segundo (THE WORLD BANK, 1993) como resposta para esta necessidade, um sistema de gerenciamento foi desenhado e adaptado para o Projeto Orla, a fim de garantir uma boa prática de Gestão Costeira Integrada (GCI).

As boas práticas de um programa e/ou projeto de gestão costeira integrada deve buscar harmonizar as necessidades de desenvolvimento e a da conservação ambiental, com uma visão em múltiplas escalas espaciais (local, regional e nacional), requerendo ainda um comportamento institucional colaborativo entre os grupos de usuários. As metas necessárias para o processo de gestão da orla referem a:

1. Melhorias específicas na qualidade de vida da população da orla, como por exemplo, maior equidade no acesso aos recursos costeiros ou na distribuição de seus benefícios, redução de conflitos entre grupos de usuários, redução de riscos, conservação de valores naturais, culturais e estéticos;
2. Melhoria específica nos ambientes e ecossistemas, como por exemplo, melhoria na condição das áreas úmidas, melhoria nas condições ambientais para a biodiversidade, a melhoria na qualidade da água; e

3. Melhoria específica no sistema de governança para ser realizado de forma mais incisiva, eficiente e efetiva (por exemplo, participação e informação mais prepositiva dos atores locais, integração dos diferentes mecanismos e capacidades em um sistema de governança, adoção formal de novos enfoques para as decisões costeiras por parte do governo central).

Segundo OLSEN (1993) e AGENDA 21 (1992), é fundamental implementar atividades de gestão que devem coadunar-se às respectivas capacidades individuais, tanto tecnológicas como financeiras, bem como a suas prioridades na alocação de recursos para as exigências do desenvolvimento, dependendo, em última análise, da transferência de tecnologia e dos recursos financeiros necessários que lhes venham a ser oferecidos.

Assim, cada ação específica descrita por temas devem ser analisadas como um projeto e/ou plano de gestão específico. A diferença entre ambos está não apenas no tempo de consecução de cada um, mas também na própria complexidade de execução destes. Logo, muitas ações podem ser incorporadas em um programa e estes integrarem vários projetos que no seu conjunto poderão estabelecer um plano capaz de mudar a realidade local ao longo do seu processo de implementação.

É importante ainda considerar que o Comitê Gestor da Orla deverá ter esta sensibilidade de entendimento também do que seja prioritário no processo de implementação de ações, assim como estabelecer quais são as devidas fontes de financiamento mais adequadas para a consecução destas.

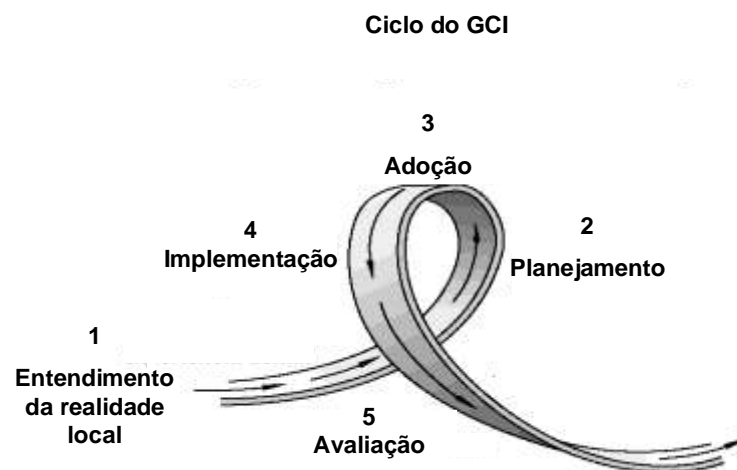
Para que as iniciativas de GCI promovam efetivamente melhorias específicas na mudança da realidade da orla, as ações devem:

1. Ser sustentáveis em termos de décadas;
2. Ser capazes de adaptar-se às mudanças de condições da realidade, e
3. Construir mecanismos para alentar e/ou implantar usos específicos e comportamentos colaborativos em e entre as instituições e os grupos de usuários.

A parte maior do desafio das boas práticas está em promover mudanças de comportamento nos grupos de usuários e instituições. Uma das características que definem a GCI é sua ênfase na participação. Isto se baseia no reconhecimento de uma lição bem simples: as regulamentações por si mesmas só podem alcançar uma fração das mudanças de comportamento que se requerem para implementar novas práticas de gerenciamento. Neste processo os instrumentos das políticas públicas passam a ser fundamentais.

Se os indivíduos e as instituições sentem que um programa é consistente com seus valores e responde às suas necessidades e perspectiva, encontrarão poderosas razões para participar no gerenciamento. A ênfase na participação reconhece o fato simples de que sem a colaboração e apoio das pessoas e suas instituições, não se pode implementar com êxito um programa de GCI: as pessoas e as instituições devem estar envolvidas na definição dos temas de gerenciamento, no diagnóstico, no planejamento, na adoção política deste processo, na implementação, e na avaliação.

Segundo GESAMP (1996), são propostos, para um programa de gestão costeira integrada cinco fases de desenvolvimento (Figura 1): a. Diagnóstico; b. Planejamento; c. Adoção formal; d. Implementação; e e. Avaliação.



Fonte: GESAMP (1999) adaptação: Olsen & Ochoa (2004)

Figura 1: Fases do Processo de Gestão Costeira Integrada Fonte: GESAMP (1996) adaptação: Olsen & Ochoa (2004).

Tendo como base as fases de um processo de gestão costeira integrada foi estabelecida para as diversas ações do Projeto Orla de Porto Belo. Tais seqüência lógicas podem ser compatibilizadas junto com ações mais específicas para solucionar os problemas e conflitos levantados. Uma série de ações essenciais para que boas práticas de gestão possam ser implementadas ao longo de todas as suas fases (Quadro 1) também são necessárias, mas estas poderão posteriormente serem aplicadas no processo de capacitação junto ao Comitê Gestor da Orla. A proposta também é a de que estas ações possam também ser constituídas por boas práticas de gestão costeira.

Quadro 1: Ações essenciais que correspondem aos passos do ciclo de gestão costeira integrada adaptadas ao Projeto Orla.

Fases	Ações Essenciais
Fase 1 Diagnóstico	<p>A. Identificação e avaliação dos principais problemas, temas e/ou assuntos socioambientais e institucionais, bem como com suas respectivas implicações no âmbito municipal.</p> <p>B. Identificação dos principais atores [governamentais (federal, estadual e municipal) e não governamentais ONG, e iniciativa privada]] e seus respectivos interesses (setoriais e de visão de desenvolvimento futura) no município costeiro.</p> <p>C. Verificação das lideranças governamentais e não-governamentais sobre os assuntos e/ou temas a serem selecionados como prioritários no município.</p> <p>D. Seleção dos assuntos e/ou temas sobre os quais se enfocará os esforços a iniciativa de gerenciamento.</p> <p>E. Definição das metas para o Plano de Gestão da Orla.</p>
Fase 2 Planejamento	<p>A. Desenvolvimento de pesquisas identificadas como prioritárias levando em consideração os interesses setoriais, institucionais e acadêmicos;</p> <p>B. Preparação do plano de gestão, bem como da estrutura institucional sobre as quais será implementada o plano, assim como a implementação de um Conselho Gestor local;</p> <p>C. Iniciar o desenvolvimento da capacidade técnica local (Capacitação dos mais diversos atores acerca da estrutura e funcionamento do plano de gestão.</p> <p>D. Planejamento da sustentação financeira para a implementação de todas as fases do processo de gestão da orla.</p> <p>E. Desenvolvimento de ações de implementação em escala piloto tendo como referência os planos de gestão da orla.</p> <p>F. Realização de programas de educação pública e conscientização para implementar o plano de gestão.</p>
Fase 3 Adoção Formal e Financiamento	<p>A. Obtenção da aprovação governamental da proposta para a implementação do plano de gestão da orla.</p> <p>B. Implementação do marco institucional básico (convênios e responsabilidades) a fim de se obter o respaldo governamental para os diversos arranjos institucionais necessários.</p> <p>C. Provisão dos recursos requeridos para a implementação do programa de gestão da orla.</p>
Fase 4 Implementação	<p>A. Modificação eventual das estratégias do programa de gestão conforme seja necessário.</p> <p>B. Promoção do cumprimento das políticas e estratégias do programa de gestão da orla.</p> <p>C. Fortalecimento do marco institucional por meio do marco legal do programa.</p> <p>D. Fortalecimento do compromisso da administração municipal no processo de gestão da orla, bem como do Conselho de Gestor proposto tendo como base as estratégias planejadas.</p> <p>E. Fortalecimento da capacidade gerencial, técnica e de gerenciamento financeiro do programa de gestão da orla.</p> <p>F. Assegurar a construção e manutenção da infra-estrutura física necessária para a implementação do programa e dos projetos.</p> <p>G. Incrementar quando necessário uma maior participação dos mais diversos atores sociais (governamentais e não-governamentais) responsáveis pelo respaldo do Programa e/ou projetos de gestão da orla.</p> <p>H. Implementação de procedimentos de resolução dos conflitos caso necessário (falta de apoio institucional municipal, estadual e federal, por exemplo)</p> <p>I. Alimentar o apoio político e a presença do programa de gestão na agenda dos grandes temas em nível local, estadual e nacional.</p>

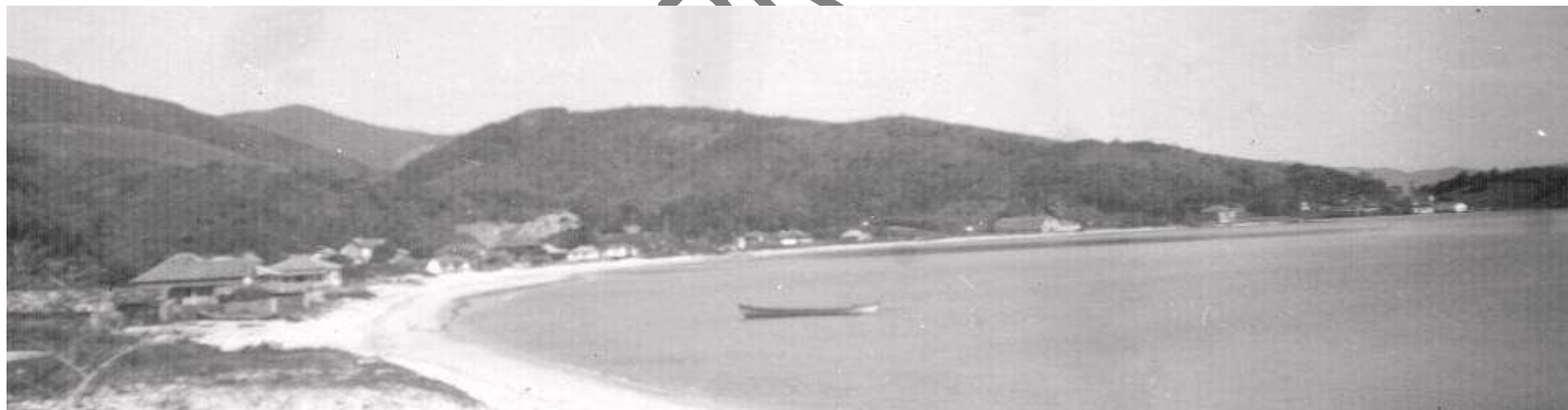


	J. Monitorar o desempenho do programa de gestão da Orla , bem como analisar as tendências em curso (novas técnicas de monitoramento).
Fase 5 Avaliação	A. Adaptação do programa de gestão por meio das experiências bem sucedidas (lições aprendidas), bem como das novas condições ambientais, políticas e sociais resultantes do processo.

Fonte: OLSEN et al (1999) adaptado POLETTE (2003).

Deve ser considerado que algumas destas ações essenciais são também independentes, ou seja, não dependem de ações anteriores, outras por sua vez, são dependentes ou consecutivas. É interessante notar que nem sempre, tais ações seguem uma ordem ou um padrão, pois dependendo da realidade local podem ser estabelecidas outras propostas. No entanto, é importante considerar que para a eficácia de um plano de gestão a utilização destas fases e ações pode ser útil para nortear um processo mais transparente de tomada de decisão para todos os atores.

Assim, a presente proposta busca seguir um caminho seguro e de longo prazo para que possam ser perfeitamente adotadas pelo Comitê Gestor da Orla de Porto Belo com a finalidade de mudar comportamentos indesejáveis e de tornar a orla do município como um espaço democrático de uso para todos tendo como referência a inserção de uma política pública que tem como compromisso a manutenção da qualidade ambiental, a promoção da justiça social e a participação da sociedade nas tomadas de decisões.



# PLANOS DE GESTÃO DO PROJETO ORLA DE PORTO BELO



Gustavo

Piazza

## AS AÇÕES DO PROJETO ORLA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO COSTEIRA

A gestão é um processo que tem como finalidade garantir a eficiência e a eficácia de um sistema. Neste sentido, a **eficácia** é a relação entre os resultados alcançados e os objetivos pretendidos nas atividades realizadas. Já a **eficiência** é a relação entre os resultados alcançados e os recursos utilizados. Assim, a inserção do Projeto Orla no município de Porto Belo deve estruturar um sistema de gestão tendo como base norteadora deste processo as ações do Comitê Gestor da Orla.

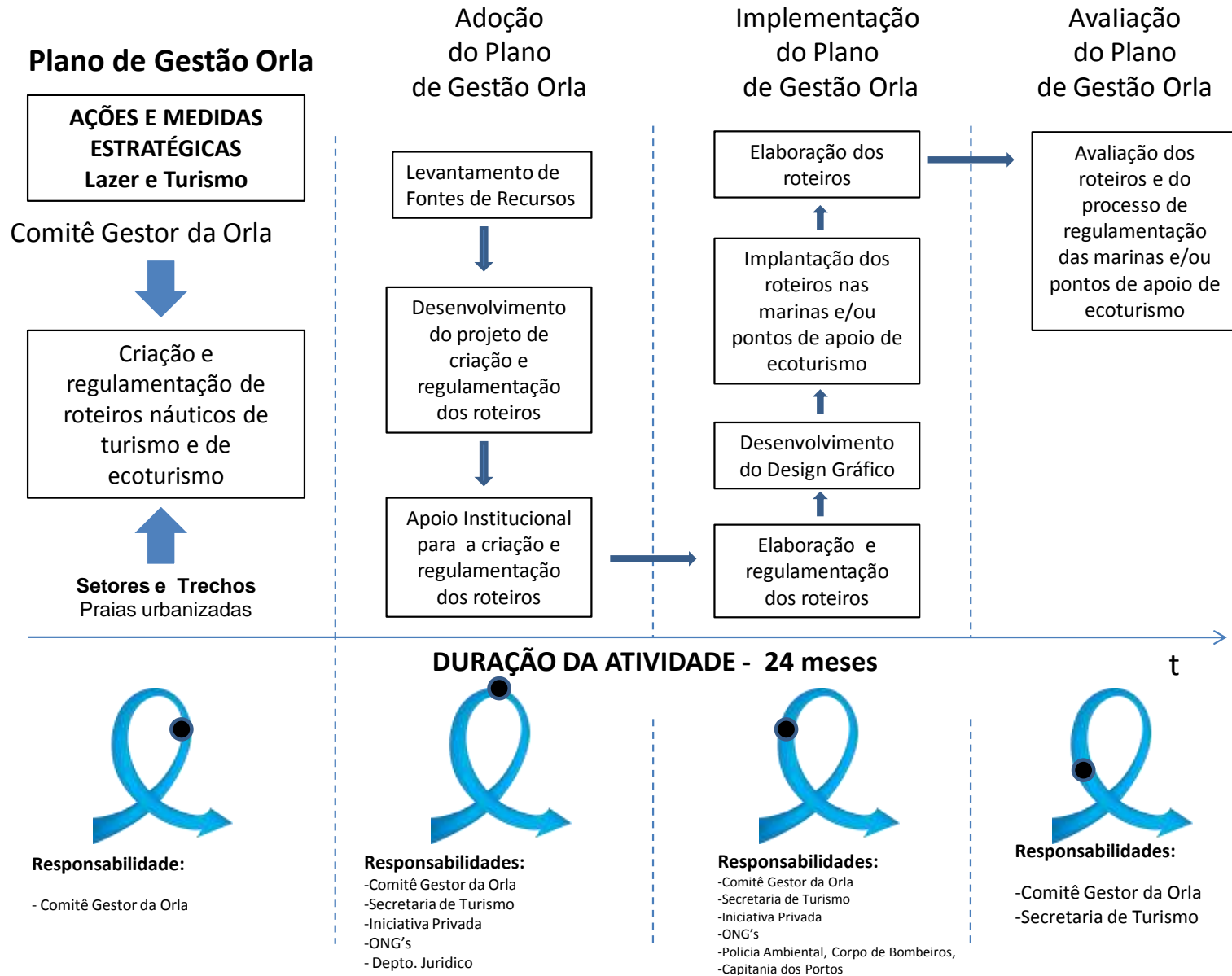
No entanto, deve ser claro o processo entre a finalização desta fase de Oficinas, que teve como objetivo diagnosticar a realidade e estruturar os planos de gestão, e a fase subsequente de colocar em práticas as ações estabelecidas por meio do Comitê Gestor da Orla. Para tanto, é fundamental que exista desde o início o entendimento de que este processo demanda tempo, responsabilidade, participação e comprometimento entre cada um dos atores que irão integrar o Comitê Gestor da Orla.

Assim passa a ser importante a seqüencia lógica dos passos a serem seguidos na implementação do processo de gestão da Orla de Porto Belo. Tendo como referência os passos do modelo de gestão, a saber: diagnóstico, planejamento, adoção, implementação, e avaliação cabe destacar que os dois primeiros passos já foram estabelecidos. Portanto, todo esforço deve ser considerado nos processos subsequentes pelo Comitê Gestor da Orla.

O processo de adoção é eminentemente de natureza política, ou seja, todo o esforço inicial deve ser dado para que o poder público municipal adote as ações aqui propostas por meio de um arranjo institucional equilibrado entre as forças de poder local – um processo de governança deve ser estabelecido. O processo de adoção também se caracteriza pela necessidade de adoção financeira para viabilizar os projetos levantados. Desta forma, deve existir também a habilidade por parte do Comitê Gestor em saber quais fontes de financiamento podem estar disponíveis, e dependendo dos projetos e recursos necessários quais os prazos necessários e agencias financiadoras são as adequadas para tal, cabendo destacar que este processo demanda tempo para sua consecução.

A implementação é um processo que exige o entendimento dos passos necessários para a sua consecução. Logo, é apresentado um esquema que pode facilitar ao Comitê Gestor na inserção dos planos por meio de um fluxograma que pode facilitar os caminhos necessários para a sua execução. Destaca-se ainda que na fase final de todos os programas uma avaliação deve sempre que possível ser realizada tendo como referência indicadores de eficiência e eficácia de processo.

Os presentes planos de gestão são apresentados por temas, propostos pelos atores de forma consensuada ao longo das Oficinas sendo que estes são estruturados segundo as ações necessárias para a sua execução, o tempo adequado (que poderá ser revisto) e ainda os atores necessários para a inserção destes planos.





# MEIO AMBIENTE – PLANOS DE GESTÃO

**AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – Meio Ambiente: Recuperação de áreas degradadas e Paisagismo**

<b>AÇÕES E MEDIDAS</b>	<b>TRECHO</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b>
<b>O que fazer</b>		<b>Por que fazer</b>	<b>Quanto tempo</b>	<b>Envolvido principal na ação</b>	<b>Quem está envolvido secundariamente na ação</b>
Diagnóstico do grau de degradação dos ecossistemas da orla (manguezais, mata ciliar, costões, veg. dunas, rios, mar e da lagoa do Perequê)	Todos	Priorizar ações de recuperação para as áreas degradadas da orla e proteger os ecossistemas preservados	06 meses	- Comitê Gestor - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - UFSC - Univali	- FATMA - Associação Moradores - Comitê do Rio Tijucas - Escolas Municipais e Estaduais - SPU
Projeto de recuperação das áreas degradadas e de paisagismo do município de Porto Belo	Todos	Recuperar as áreas com vegetação nativa e propor um paisagismo com espécies nativas	02 meses	- Comitê Gestor - Neamb (UFSC)	- SPU - FATMA - Comitê Rio Tijucas - UFSC - Univali
Fomentar fontes de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura para a implementação do Projeto Orla	Todos	Tornar viável a execução do projeto de recuperação das áreas degradadas	02 meses	- Comitê Gestor - Secretaria Turismo	- CONASA - IBAMA - SPU - FATMA - Pioneira da Costa - Brookfield
Implementação dos projetos de recuperação de áreas degradadas nos manguezais, mata ciliar de todos os rios do município, costões, vegetação de dunas, mar e da lagoa do Perequê	Todos	Recuperação das áreas degradadas de Porto Belo	12 meses	- Comitê Gestor - Secretaria de Obras e Infra-estrutura	- CONASA - IBAMA - SPU - FATMA - Pioneira da Costa - Brookfield
Implementação de projetos de paisagismo previstos para a orla de Porto Belo	Todos	Embelezamento da orla bem como melhoria da qualidade de vida da população	12 meses	- Comitê Gestor - Secretaria de Obras e Infra-estrutura	- Associação Moradores - Iniciativa privada
Monitoramento e fiscalização das áreas restauradas ou recuperadas, marinas, trapiches, rios manguezais, mata ciliar, costões, dunas e lagoa do Perequê	Todos	Evitar a degradação de áreas recuperadas bem como ocupações e construções irregulares	Indeterminado	- Comitê Gestor - Capitania dos Portos - Secretaria De Planejamento e Meio Ambiente	- FATMA - Polícia Ambiental - SPU

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – Meio Ambiente: Educação Ambiental

AÇÕES E MEDIDAS	TRECHO	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer		Por que fazer	Quanto tempo	Envolvido principal na ação	Quem está envolvido secundariamente na ação
Diagnóstico das ações realizadas e entidades que atuam com EA referente à orla de Porto Belo	Todos	Para saber o que existe no município referente a EA na orla de Porto Belo	02 m	- Comitê Gestor	- Secretaria De Educação - ONG's - Associação Moradores
Criação de um grupo de trabalho para EA na Orla	Todos	Sensibilizar as pessoas da importância da EA na orla de Porto Belo	03 m	- Comitê Gestor - Secretaria De Planejamento e Meio Ambiente	- ONG's - Associação de Moradores - Secretaria Educação - SDR
Planejamento das ações de EA na orla de Porto Belo	Todos	Organizar todas as atividades da EA	01 m	- Comitê Gestor - Secretaria De Planejamento e Meio Ambiente	- ONG's - Associação de Moradores - Secretaria Educação - SDR
Criação de monitores e policia ambiental mirins de EA na orla de Porto Belo	Todos	Para disseminar os conhecimentos	06 m	Grupo de Trabalho de EA	- ONG's - Asso. Moradores - Secretaria Educação - SDR
Criar trilhas sensitivas	Morro dos Anjos e Morro das Antenas	Permitir a integração das pessoas com ou sem deficiência no ambiente natural	12 m	- Grupo Trabalho EA - monitores mirins - ONG's - Associações moradores	- GT EA - Secretaria Educação - SDR-GERED - APAE
Construção de material educativo específico da orla e dos recursos naturais existentes no município: mangues, dunas, mata ciliar, costões, mata atlântica.	Todos	Informar a população sobre a importância da conservação dos ecossistemas e fomentar a implementação do Projeto Orla em Porto Belo	06 m	- GT EA - ONG's - Associações moradores - Secretaria Educação	- Univali - UFSC - Brookfield
Fomentar fontes de recursos financeiros para implementação dos projetos de EA previstos para a orla de Porto Bel		Viabilizar as atividades de EA no município	06 m	- GTEA - ONG's - Secretaria Educação - Associação Moradores - Comitê Gestor	- Univali - UFSC - iniciativa privada - instituições financeiras

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – Meio Ambiente: Monitoramento e Fiscalização

AÇÕES E MEDIDAS	TRECHO	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer		Por que fazer	Quanto tempo	Envolvido principal na ação	Quem está envolvido secundariamente na ação
Colocação de placas indicativas e cercamento de áreas em processo de recuperação	todos	Proteger as áreas que estão sendo recuperadas	06 m	- Comitê Gestor - Secretaria de Obras - Secretaria Turismo	
Fazer diagnóstico dos programas de monitoramento e fiscalização existentes no município e Porto Belo	todos	Conhecer os programas de monitoramento e fiscalização existentes referentes ao iate clube, marinas, transatlânticos, trapiches, rejeitos de pesca	12 m	- Comitê Gestor - Secretaria Planejamento e MA	- Ong's - Ibama - Fatma - Polícia Ambiental - MPF
Criar um programa de fiscalização e monitoramento para a orla do município de Porto Belo	todos	Proteger e conservar a orla do município de Porto Belo	06 m	- Comitê Gestor - Secretaria Educação - Secretaria Turismo	- Ong's - Fatma - Polícia ambiental - Faaci
Formação de um GT, monitores ambientais mirins e polícia ambiental mirin, para monitoramento e fiscalização de toda a orla do município	todos	Proteger as áreas da orla do município	12 m	- Comitê Gestor - Secretaria Plan. Urb. MA - Secretaria Educação	- ONG's - Ibama - Polícia Ambiental - FATMA -MPF - SDS
Adotar o plano de monitoramento e fiscalização para a orla do município de Porto Belo e buscar recursos financeiros	todos	Implementar o programa de fiscalização e monitoramento da orla de Porto Belo	12 m	- Comitê Gestor - Secretaria de Plan. Urb. MA - Vig. Sanitária	- ONG's - Associação Moradores - Polícia Ambiental - Fatma - Ibama
Inclusão no site da prefeitura de um portal sobre os trabalhos de monitoramento e fiscalização na orla de Porto Belo		Divulgar as notícias sobre as ações de monitoramento e fiscalização realizadas na orla do município de Porto Belo	06	- Comitê Gestor - Secretaria Turismo - Associação Comunicação da prefeitura	



**AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – Meio Ambiente: Unidades de Conservação**

<b>AÇÕES E MEDIDAS</b>	<b>TRECHO</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b>
<b>O que fazer</b>		<b>Por que fazer</b>	<b>Quanto tempo</b>	<b>Envolvido principal na ação</b>	<b>Quem está envolvido secundariamente na ação</b>
Propor a criação de UC's no município (Rio Perequê e Morro do Bicudo)	06 e Morro do Bicudo	- Preservar as nascentes de água, garantindo a captação pelos municípios usuários e proteger a fauna e flora nativas - criar corredor ecológico junto com o município de Itapema	02 m	- Comitê Gestor - Secretaria Turismo	- ONG's - Associação Moradores
Realizar diagnóstico das áreas previstas para criação das UC's: Rio Perequê, desde a foz até a nascente e Morro o Bicudo	12 m	Conhecer melhor as características das áreas propostas para saber se é viável a criação das UC's	12 m	- Comitê Gestor - Secretaria Turismo - UFSC - Univali	- SPU - ONG's - Associação Moradores
Diagnosticar a existência de trabalhos de pesquisa referentes a criação de UC's já existentes	06 e Morro o Bicudo	Verificar a existência de trabalhos de estudo existentes para auxiliar na criação de UC's	01 m	- UFSC - Univali - FURB - Comitê Gestor	- ONG's - Associação Moradores

VERSÃO PRELIMINAR

**AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – Meio Ambiente: Zoonoses**

<b>AÇÕES E MEDIDAS</b>	<b>TRECHO</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b>
<b>O que fazer</b>		<b>Por que fazer</b>	<b>Quanto tempo</b>	<b>Envolvido principal na ação</b>	<b>Quem está envolvido secundariamente na ação</b>
Construir material educativo sobre Zoonoses (folhetos e placas)	Todos	Dispor do material para ser distribuído para a população (folhetos) e colocar placas educativas na orla	03 m	- Comitê Gestor - Secretaria Turismo - Vigilância Sanitária	- ONG's - Associação Moradores - Secretaria Educação
Promover palestras educativas nas escolas, associações de moradores	Todos	Disseminar as informações sobre zoonoses	06 m	- Comitê Gestor - Secretaria Turismo - Vigilância Sanitária	- ONG's - Associação Moradores - Secretaria Educação
Distribuir folhetos na orla durante o veraneio e colocar placas em locais de grande movimento de pedestres	Todos	Conscientizar as pessoas sobre os problemas causados pelos animais (cachorros) na orla	03 m	- Comitê Gestor - Secretaria Turismo - Vigilância Sanitária	- ONG's - Associação Moradores - Secretaria Educação
Propor a implantação de um disque denúncias	Todos	-Evitar a presença de animais nas praias do município para controle de zoonoses	06 m	- Comitê Gestor - Secretaria Saúde e Vig. Sanitária - Secretaria Turismo	- ONG's - Associação Moradores - Secretaria Educação
Propor a implantação de um canil e gatil públicos	A ser avaliado	Controle de natalidade e de zoonoses	12 m	- Secretaria Saúde e Vig. Sanitaria - Secretaria Turismo - Comitê Gestor	- ONG's - Associação Moradores



# URBANIZAÇÃO – PLANOS DE GESTÃO

## URBANIZAÇÃO: CRITÉRIOS PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.

AÇÕES E MEDIDAS (O QUE FAZER ?)	TRECHO	FINALIDADE (Porque Fazer?)	DURAÇÃO DA ATIVIDADE (QTO TEMPO?)	RESPONSÁVEL (ENVOLVIDO PRINCIPAL NA AÇÃO?)	PARCEIROS ENVOLVIDOS (QUEM ESTÁ ENVOLVIDO SECUNDARIAMENTE NA AÇÃO)
-Diagnóstico da Orla por meio de um cadastro multifinalitário	-Todos	- Entender o estado atual das propriedades do município.	12 meses	-Comitê Gestor -Secretaria Turismo -Secretaria Planejamento	-Iniciativa Privada - UNIVALI - UFSC
-Plano de ação para estabelecer padrões de uso e ocupação do solo.	-Todos	Estabelecer estratégias de curto, médio e longo prazos para a orla  Organizar a orla tendo como referência critérios técnicos de uso e ocupação do solo	03 meses	-Comitê Gestor -Secretaria Turismo -Secretaria Planejamento	-Iniciativa Privada
-Adoção de um modelo padrão de uso e ocupação da Orla baseado em critérios ambientais , economicas,sociais, tendo como referencias as realidades locais.	-Todos	Organizar a orla tendo como referência critérios técnicos de uso e ocupação do solo Estabelecer critérios baseados na realidade local das comunidades tradicionais	03 meses	-Comitê Gestor -Secretaria Turismo -Secretaria Planejamento	-Iniciativa Privada
- Implementar um Zoneamento Ecológico Econômico da Orla	-Todos	Estabelecer uma proposta de ordenamento da orla.	12 meses	-Comitê Gestor -Secretaria Turismo -Secretaria Planejamento	-Iniciativa Privada
-Avaliar , monitorar e fiscalizar a ocupação baseado em rotinas e padrões adequados a realidade do município.	-Todos	Entender a eficiência, eficácia e efetividade dos processos.	Permanente	-Comitê Gestor -Secretaria Turismo -Secretaria Planejamento	-Iniciativa Privada



MINAR

# ESPORTE, LAZER E CULTURA – PLANOS DE GESTÃO

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – Esporte, Lazer e Cultura

AÇÕES E MEDIDA	TRECHO	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Porque fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico dos espaços públicos e potencial de uso destes para o esporte, lazer e cultura.	Todos	Direcionar a viabilidade de uso dos espaços públicos.	3 meses	Comitê Gestor, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal De Turismo, Associação Esportivas	Assessoria Jurídica
Delimitar e regulamentar os espaços públicos para prática de esportes, lazer e atividades culturais.	Todos	Viabilizar o uso dos espaços públicos em função de cada atividade.	3 meses	Comitê Gestor, Fundação Municipal De Esportes, Fundação Municipal De Turismo, Associação Esportivas, Associação artesões e culturais.	Assessoria Jurídica
Incrementar o calendário de eventos municipais, centralizando o agendamento dos espaços públicos na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO.	Todos	Organizar procedimentos e diminuir os impactos da sazonalidade com o planejamento do calendário.	2 meses	Comitê Gestor, Fundação Municipal De Esportes, Fundação Municipal De Turismo, Fundação Municipal De Cultura e organizadores e produtores de eventos.	Convention Bureau e COMTUR.

<b>AÇÕES E MEDIDA</b>	<b>TRECHO</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b>
O que fazer?		Porque fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Requerer da União terrenos para uso público	Perequê, Pr. Centro, ligação Vieiras, Pr. Do Centro (Rua Milton Serpa), Enseada Encantada.	Para criação de espaço publico de lazer e esporte.	4 meses	Comitê Gestor, Fundação Municipal De Esportes, Fundação Municipal De Turismo	
Sinalização e sonorização Praia do Perequê.	Praia do Perequê	Informar sobre as atividades e eventos	6 meses	Comitê Gestor, Fundação Municipal De Esportes	Secretaria Obras, SDR.

VERSÃO PRELIMINAR

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – Turismo/ Esporte, Lazer e Turismo de Eventos

AÇÕES E MEDIDA	TRECHO	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Porque fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico dos espaços públicos e potencial de uso destes para o esporte, lazer e turismo de eventos.	Todos	Direcionar a viabilidade de uso dos espaços públicos.	3 meses	Comitê Gestor, Fundação Municipal De Esportes, Fundação Municipal De Turismo, e Associação AMULEC	Assessoria Jurídica
Levantamento dos conflitos de uso da praia da praia com a finalidade de gerenciar.	Todos	Divulgação do horário das atividades, sonorização na orla.	6 meses	Comitê Gestor, Fundação Municipal De Esportes, Fundação Municipal De Turismo, e Associação AMULEC	A ser levantado
Estabelecimento de usos específicos do costão para piqueniques	Vieira	Estabelecer áreas públicas de lazer	3 meses	Comitê Gestor, Fundação Municipal De Esportes, Fundação Municipal De Turismo, e Associação AMULEC	A ser levantado
Delimitar espaços públicos para práticas de esporte e lazer.	Todos	Estabelecer áreas públicas de lazer	3 meses	Comitê Gestor, Fundação Municipal De Esportes, Fundação Municipal De Turismo, e	A ser levantado



				Associação AMULEC	
<b>AÇÕES E MEDIDA</b>	<b>TRECHO</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b>
O que fazer?		Porque fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Planejamento e incentivos fiscais para criação de via gastronômica no Perequê.	Entre Rua Colombo Sales e Atílio Fontana	Incentivar o turismo gastronômico.	18 meses	Comitê Gestor, tributação, Fundação Municipal De Turismo, Fundação Municipal De Cultura, CDL	A ser levantado

VERSÃO PRELIMINAR

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS - Turismo Eventos

AÇÕES E MEDIDA	TRECHO	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Porque fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Identificar nichos potenciais para incrementar turismo de eventos.	Todos	Conhecer as necessidades do nosso publico alvo e desenvolver estratégias.	6 meses	Comitê Gestor, Fundação Municipal De Turismo, Fundação Municipal De Esportes	Convention Bureau
Delimitar espaços públicos para eventos esportivos pelo porte (tamanho do evento).	Todos	Organizar e regulamentar	2 meses	Comitê Gestor, Fundação Municipal De Turismo, Fundação Municipal De Esportes, Fundação Municipal De Cultura, Secretaria Planejamento	Câmara de Vereadores
Caracterizar Porto Belo dentro do conceito de tornar conhecida como excelência no turismo de vela.	Praia do Baixo e Enseada Encantada	Criar estratégias para fomentar o turismo e a prática do esporte de vela.	6 meses	Comitê Gestor, Fundação Municipal De Turismo, Fundação Municipal De Esportes, Fundação Municipal De Cultura.	late Clube de Porto Belo

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS – Marinas e Portos de Recreio

<b>AÇÕES E MEDIDA</b>	<b>TRECHO</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b>
O que fazer?		Porque fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Identificar marinas e portos de recreio no município	Todo	Criar banco de dados com informações de produtos e serviços oferecidos.	1 mês	Fundação Municipal De Turismo, Comitê Gestor	SPU, Tributos, Vig. Sanitária.

VERSÃO PRELIMINAR



# NORMATIZAÇÃO DA ORLA – PLANOS DE GESTÃO

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS: Normatização da Orla/Regularização fundiária

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Levantamento/mapeamento da situação fundiária da orla	Todos	Para identificar a situação fundiária atual	6 meses	Comitê Gestor SPU Prefeitura Municipal de Planejamento de Porto Belo	Iniciativa privada
Estabelecer planos de ações para regularização fundiária	Todos	Garantir o uso adequado das terras de marinha e melhor utilização do espaço público	48 meses	Comitê Gestor SPU Prefeitura Municipal de Planejamento de Porto Belo	Cartórios Polícia Militar
Levantar fontes de recursos e estabelecer estratégias e relações de mediação de conflitos	Todos	Para indenização e desapropriação necessária	6 meses	Comitê Gestor SPU Prefeitura Municipal de Planejamento de Porto Belo	
Realizar estudos para definir os usos das áreas reapropriadas	Todos	Definir a utilização das áreas reapropriadas	24 meses	Comitê Gestor SPU Prefeitura Municipal de Planejamento de Porto Belo	Universidades Iniciativa privada
Implementar ações planejadas para os espaços reapropriados	Todos	Para garantir medidas de conservação ambiental, melhorar a utilização do espaço público e acessibilidade	48 meses	Comitê Gestor SPU Prefeitura Municipal de Planejamento de Porto Belo	Iniciativa privada

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS: Normatização da Orla : Uso da Faixa da areia

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnosticar o atual uso da faixa de areia nas praias de Porto Belo	Todos	Identificar e entender os diversos tipos de uso e utilização no verão e inverno	06 meses	Comitê Gestor SPU Fundação de Turismo	Universidade Iniciativa privada
Formular planos de uso potencial da orla de Porto Belo e estudos de custos dos projetos	Todos	Estabelecer e definir ações para o uso adequado nos diferentes trechos da faixa de areia	12 meses	Comitê Gestor SPU Fundação de Turismo	Universidade Iniciativa privada
Levantamento de fontes de financiamento (fomento) para implementação dos usos potenciais	Todos	Atrair recursos para implementação das ações para uso adequado da orla	12 meses	Comitê Gestor SPU Fundação de Turismo	Universidade Iniciativa privada
Implementações das ações e/ou atividades potenciais de uso da faixa de areia	Todos	Executar e implementar as ações no local.	12 mses	Comitê Gestor SPU Fundação de Turismo	
Monitoramento e fiscalização dos usos da faixa de areia	Todos	Verificar e acompanhar as ações conforme prazos determinados nos planos	Permanente	Comitê Gestor SPU Fundação de Turismo	



# INFRA-ESTRUTURA – PLANOS DE GESTÃO

## INFRA-ESTRUTURA / CERCAS, PASSARELAS, ESPAÇOS PÚBLICOS E CICLOVIAS

AÇÕES E MEDIDAS (O QUE FAZER ?)	TRECHO	FINALIDADE (Porque Fazer?)	DURAÇÃO DA ATIVIDADE (QTO TEMPO?)	RESPONSÁVEL (ENVOLVIDO PRINCIPAL NA AÇÃO?)	PARCEIROS ENVOLVIDOS (QUEM ESTÁ ENVOLVIDO SECUNDARIAMENTE NA AÇÃO)
-Elaborar estudo para determinar locais apropriados para implantação de ciclovias.	-Todos	-Melhorar mobilidade e acessibilidade no município e reduzir o número de veículos.	6 meses	Fundação Municipal de turismo Comitê Gestor	Iniciativa Privada
-Implantação de decks públicos na orla com iluminação e lixeiras	-Perequê -Vieiras -Centro	-Interligar as praias do centro e Perequê e criar áreas de contemplação e passeios.	12 meses	Fundação Municipal de turismo Comitê Gestor	Iniciativa Privada
-Estabelecer padrões para calçadas, passeios públicos com acessibilidade aos Portadores de necessidades especiais. (PNE)	-Av. Atilio Fontana -Av. Gov. Celso Ramos	-Incrementar e melhorar a segurança e a acessibilidade e utilização por parte das pessoas.	06 meses	Fundação Municipal de turismo Comitê Gestor	Iniciativa Privada
-Análise e avaliação de acessos à praia e costões.	-Todo	- Identificar, criar e padronizar locais de acesso a praia, promovendo o acesso público de maneira mais racional com iluminação, padronização de calçadas e sinalizações adequadas e orientativas.	06 meses	Fundação Municipal de turismo Comitê Gestor	Iniciativa Privada
-Implantação de sinalizações horizontais orientativas ao longo dos locais de passeio públicos.	-Todo	- Criar identidade visual e de orientação tanto turistas, quanto população local.	06 meses	Fundação Municipal de turismo Comitê Gestor	Iniciativa Privada
-Implantação de pontes para pedestres	-Rio Perequezinho -rio da Vina	-Integrar e conectar os passeios públicos.	12 meses	Fundação Municipal de turismo Comitê Gestor	Iniciativa Privada
-Implantação de mirantes	-Ponta Araça -Praia do Araújo	-Criar pontos de observação turísticos.	06 meses	Fundação Municipal de turismo Comitê Gestor	Iniciativa Privada



**INFRA-ESTRUTURA: Saneamento/ Banheiros e chuveiros públicos**

<b>AÇÕES E MEDIDAS</b> (O QUE FAZER ?)	<b>TRECHO</b>	<b>FINALIDADE</b> (Porque Fazer?)	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b> (QTO TEMPO?)	<b>RESPONSÁVEL</b> (ENVOLVIDO PRINCIPAL NA AÇÃO?)	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b> (QUEM ESTÁ ENVOLVIDO SECUNDARIAMENTE NA AÇÃO)
-Analisar Plano de saneamento Básico para identificar as questões de saneamento na orla. Engloba as questões referentes a Gestão de resíduos sólidos, redes coletoras de esgoto, abastecimento de água e drenagem fluvial.	-Todos	- Avaliar e assegurar a implementação e efetividade das ações adequadas ao sistema. -Monitoramento permanente.	-24 meses	-Comitê Gestor -Prefeitura Municipal	

VERSÃO PRELIMINAR

**INFRA-ESTRUTURA: Estacionamentos, Trânsito, Saídas de emergências**

<b>AÇÕES E MEDIDAS</b> (O QUE FAZER ?)	<b>TRECHO</b>	<b>FINALIDADE</b> (Por que Fazer?)	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b> (QTO TEMPO?)	<b>RESPONSÁVEL</b> (ENVOLVIDO PRINCIPAL NA AÇÃO?)	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b> (QUEM ESTÁ ENVOLVIDO SECUNDARIAMENTE NA AÇÃO)
-Acompanhar ações de implantação de um segundo acesso viário ao município de Bombinhas/Bombas	Centro	-Medir e identificar os impactos de tráfego no trânsito de Porto Belo	12 meses	Comitê Gestor Secretaria do Turismo	Iniciativa Privada DNIT
- Criar projeto e estudo para implantação de um sistema binário de trânsito.	Centro Perequê	-Melhorar o trânsito na área central e no Perequê	06 meses	Comitê Gestor Secretaria do Turismo	Iniciativa Privada DNIT
- Estudo para resgatar antiga estrada de carros de boi.	-Araçá	-Criar uma nova via de acesso ao Araçá para pedestres, ciclovia e mirantes de contemplação.	09 meses	Comitê Gestor Secretaria do Turismo	Iniciativa Privada DNIT
-Estudo para implantação de ciclovias integradas ao sistema de transporte do município	-Todo	-Melhorar a mobilidade e acessibilidade das pessoas no município.	06 meses	Comitê Gestor Secretaria do Turismo	Iniciativa Privada

## INFRA-ESTRUTURA: Adequação, melhoria e utilização do espaço público na Orla.

<b>AÇÕES E MEDIDAS</b> (O QUE FAZER ?)	<b>TRECHO</b>	<b>FINALIDADE</b> (Porque Fazer?)	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b> (QTO TEMPO?)	<b>RESPONSÁVEL</b> (ENVOLVIDO PRINCIPAL NA AÇÃO?)	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b> (QUEM ESTÁ ENVOLVIDO SECUNDARIAMENTE NA AÇÃO)
-Diagnosticar o atual uso do espaço público na orla de Porto Belo	Todos	-Identificar e entender melhor os diversos tipos de uso e utilização do espaço público na orla.	- 06 meses	- Comitê Gestor - SPU - Fund. Turismo	Iniciativa Privada UNIVALI
-Formular plano de uso potencial do espaço público na orla e estudo de custo estimado para implantação.	Todos	-Estabelecer e definir ações para utilização do adequada do espaço público na orla.	-12 meses	-Comitê Gestor -Orgãos Municipais -SPU	Iniciativa Privada
-Levantar (identificar) fontes de financiamento (fomento) para execução e implementação das ações para utilização do espaço público adequado.	Todos	-Atrair recursos e definir contratos com financiadores para implementação e execução das obras de adequação do uso da orla e faixa de areia.	-12 meses	-Comitê Gestor	Iniciativa Privada
-Implementar (executar) ações e ou atividades potenciais de adequação e modificação do espaço público na Orla.	Todos	-Adequar , alterar e modificar o espaço público de acordo com o plano pré-estabelecido e necessidades levantadas e ações aprovadas na utilização deste espaço.	- 12 meses	- Comitê Gestor - SPU - Fund. Turismo	Iniciativa Privada
-Acompanhar cronograma, monitorar e fiscalizar as ações pré-estabelecidas para execução.	Todos	-Identificar pontos positivos e negativos, desvios que possam ter ocorrido do plano original e aprovado pelo Comitê Gestor	- Contínuo	- Comitê Gestor - SPU - Fund. Turismo	Iniciativa Privada
- Avaliar e planejar ações corretivas	Todos	- Aperfeiçoar o plano de execução para melhorar os resultados.	- A cada final de plano, projeto e/ou programa	- Comitê Gestor - SPU - Fund. Turismo	Iniciativa Privada



# ORDENAMENTO MARINHO – PLANOS DE GESTÃO

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS: Ordenamento Marinho/ Balizamento

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico da situação atual do balizamento náutico em Porto Belo	Todos	Necessidade de ordenamento do mar para a pesca, turismo e maricultura	06 meses	Comitê Gestor Capitania dos Portos SPU Marinha Fundação de Turismo Secretaria da Pesca Colônia de Pesca	UNIVALI
Plano municipal de balizamento	Todos	Organizar o tráfego marítimo conforme a legislação da marinha	03 meses	Comitê Gestor Capitania dos Portos SPU Marinha Fundação de Turismo Secretaria da Pesca Colônia de Pesca	UNIVALI
Levantamento da fontes de financiamento para aquisição do sistema de balizamento	Todos	Potencialidade de programas de integração entre a Iniciativa Público Privada (PPP)	02 meses	Comitê Gestor SPU Marinha Fundação de Turismo Secretaria da Pesca Colônia de Pesca	Iate Clube de Porto Belo
Programa de educação e comunicação visual para implementação do balizamento	Todos	Conscientizar todos os atores envolvidos no processo de balizamento	06 meses	Comitê Gestor SPU Marinha Fundação de Turismo Secretaria da Pesca Colônia de Pesca	UNIVALI
Implementar o sistema de balizamento em Porto Belo	Todos	Colocar em prática o plano de balizamento com vistas a organizar o espaço marinho.	06 meses	Comitê Gestor SPU Marinha Fundação de Turismo Secretaria da Pesca Colônia de Pesca	UNIVALI
Fiscalização e monitoramento do programa de balizamento	Todos	Cumprimento do programa de balizamento	Contínuo	Comitê Gestor SPU Marinha Fundação de Turismo Secretaria da Pesca Colônia de Pesca	UNIVALI

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS - Ordenamento Marinho: Pesca

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico das atividades de pesca na área costeira e marinha de Porto Belo	Todos	Entender os problemas e consequente análises destes no processo de organização das atividades pesqueiras	03 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura ICMBio CEPSULIBAMA
Plano de ordenamento territorial do espaço marinho para as atividades pesqueiras	Todos	Propiciar o balizamento (diurno e noturno) para proteção e desenvolvimento da atividade pesqueira de forma sustentável	06 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura ICMBio CEPSULIBAMA
Levantamento de fontes de financiamento para o ordenamento pesqueiro	Todos	Propiciar a compra de equipamentos, capacitar a população pesqueira, propiciar melhorias de qualidade ambiental para a porção marinha	03 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura ICMBio CEPSULIBAMA
Programa de Educação e informação para pescadores, comunidades tradicionais e população local	Todos	Conscientizar a população local e turistas acerca da importância do ordenamento marinho como fator delevante para a proteção do ambiente aquático e desenvolvimento das atividades econômicas	06 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura ICMBio CEPSULIBAMA

<b>AÇÕES E MEDIDAS</b>	<b>Trecho</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b>
<b>O que fazer?</b>		<b>Por que fazer?</b>	<b>Quanto tempo?</b>	<b>Envolvido principal na ação?</b>	<b>Quem está envolvido secundariamente na ação?</b>
Implementação do sistema de ordenamento marinho em Porto Belo	Todos	Organizar as atividades a fim de evitar problemas e conflitos entre diferentes setores que atuam no espaço marinho	12 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura ICMBio CEPSULIBAMA
Programa de fiscalização e monitoramento do espaço aquático tendo como foco a atividade da pesca artesanal e industrial	Todos	Buscar qualificar a atividade	Programa contínuo	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca Capitânia dos portos	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura ICMBio CEPSULIBAMA

VERSÃO PRELIMINAR

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS - Ordenamento Marinho: Maricultura\*

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico das atividades de maricultura na área costeira de Porto Belo	Todos	Entender os problemas e consequente análises destes no processo de organização das atividades de maricultura	03 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura CEPSULIBAMA EPAGRI
Plano de ordenamento territorial do espaço marinho para as atividades de maricultura	Todos	Propiciar o pleno ordenamento da atividade a fim de garantir qualidade do produto e proteção do ambiente aquático	06 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura CEPSULIBAMA EPAGRI
Levantamento de fontes de financiamento para a atividade de ordenamento da maricultura	Todos	Propiciar a compra de equipamentos, capacitar produtores, propiciar melhorias de qualidade ambiental para a porção marinha	03 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura CEPSULIBAMA EPAGRI
Programa de Educação e informação para os usuários e consumidores dos produtos da maricultura de Porto Belo	Todos	Conscientizar a população local e turistas acerca da importância do ordenamento marinho como fator delevante para a proteção do ambiente aquático e desenvolvimento das atividades econômicas	06 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura CEPSULIBAMA EPAGRI



<b>AÇÕES E MEDIDAS</b>	<b>Trecho</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b>
<b>O que fazer?</b>		<b>Por que fazer?</b>	<b>Quanto tempo?</b>	<b>Envolvido principal na ação?</b>	<b>Quem está envolvido secundariamente na ação?</b>
Implementação do sistema de ordenamento marinho em Porto Belo	Todos	Organizar as atividades a fim de evitar problemas e conflitos entre diferentes setores que atuam no espaço marinho	12 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura CEPSULIBAMA EPAGRI
Programa de fiscalização e monitoramento do espaço aquático tendo como foco a atividade da maricultura	Todos	Buscar qualificar a atividade da maricultura	Programa contínuo	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura CEPSULIBAMA EPAGRI

\*As atividades aqui prescritas devem levar em consideração o PDLM – Plano de Desenvolvimento da Maricultura para a zona costeira de Santa Catarina.

VERSÃO PRELIMINAR

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS - Ordenamento Marinho: Turismo

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico das atividades de turismo na área costeira e marinha de Porto Belo	Todos	Entender os problemas e consequente análises destes no processo de organização das atividades náuticas	12 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca Secretaria de Turismo	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura Marinha do Brasil Capitânia de Portos Iniciativa privada
Plano de ordenamento territorial do espaço marinho para as atividades turísticas	Todos	Propiciar o balizamento para o uso ordenado das atividades náuticas de forma sustentável	06 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca Secretaria de Turismo	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura Marinha do Brasil Capitânia de Portos Iniciativa privada
Levantamento de fontes de financiamento para o ordenamento das atividades náuticas em Porto Belo	Todos	Propiciar a compra de equipamentos, capacitar usuários do município, propiciar o desenvolvimento de programas de ordenamento no período de veraneio	06 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca Secretaria de Turismo	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura Marinha do Brasil Capitânia de Portos Iniciativa privada
Programa de Educação e informação para os usuários do mar em Porto Belo	Todos	Conscientizar a população local e turistas acerca da importância do ordenamento marinho como fator delevante para a proteção do ambiente aquático e desenvolvimento das atividades econômicas	12 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca Secretaria de Turismo	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura Marinha do Brasil Capitânia de Portos Iniciativa privada

<b>AÇÕES E MEDIDAS</b>	<b>Trecho</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b>
<b>O que fazer?</b>		<b>Por que fazer?</b>	<b>Quanto tempo?</b>	<b>Envolvido principal na ação?</b>	<b>Quem está envolvido secundariamente na ação?</b>
Implementação do sistema de ordenamento marinho em Porto Belo	Todos	Organizar as atividades que utilizam o espaço marinho a fim de evitar problemas e conflitos entre diferentes setores e atores	12 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca Secretaria de Turismo	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura Marinha do Brasil Capitânia de Portos Iniciativa privada
Programa de fiscalização e monitoramento do espaço aquático tendo como foco as atividades náuticas	Todos	Buscar qualificar as atividades náuticas Propiciar o uso adequado tendo como referencia regras de uso	Programa contínuo	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca Secretaria de Turismo	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura Marinha do Brasil Capitânia de Portos Iniciativa privada
Programa preventivo de segurança em caso de acidente (poluição) por transatlânticos e outras embarcações	Todos	Prevenir e aquisição de equipamentos para segurança contra eventual poluição de embarcações, principalmente por transatlânticos, cargueiros e barcos de pesca industrial.	6 meses	Comitê Gestor Capitania dos portos Empresas de Transatlânticos prefeitura	SPU UNIVALI Secretaria de Turismo Marinha do Brasil Capitânia de Portos
Estabelecimento de regras para limitar número de bares flutuantes no município	Todos	Limitação do número de bares flutuantes para que não haja um crescimento desordenado nesse setor. Manutenção dos 3 bares já existentes como número máximo	Programa contínuo	Capitania dos Portos SPU Prefeitura Comitê Gestor	Secretaria de Turismo Marinha do Brasil Capitânia de Portos
Estudo para implantação de um molhe como balizamento na saída da barra do rio Perequê	Perequê	Facilitar a entrada e saída (segurança) de embarcações, melhorando a vida marinha, evitando enchentes nos bairros e manutenção da faixa de areia na praia	24 meses	Marinha do Brasil SPU Prefeitura Comitê Gestor	Secretaria de turismo Marinha do Brasil Capitânia de Portos

<b>AÇÕES E MEDIDAS</b>	<b>Trecho</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b>
<b>O que fazer?</b>		<b>Por que fazer?</b>	<b>Quanto tempo?</b>	<b>Envolvido principal na ação?</b>	<b>Quem está envolvido secundariamente na ação?</b>
Estudar a implantação de transporte nautico auternativo(taxi nautico) para o municipio	Todos	Facilitar o turismo nautico e locomoção para acesso direto às praias do municipio	12 meses	Prefeitura SPU Comitê Gestor	Secretaria de turismo Marinha do Brasil Capitânia de Portos
Estudar a implantação ou aquisição de uma embarcação salva vidas para o municipio	Todos	Auxilio rapido no local em caso de acidentes no mar Saída alternativa e emergencial para o municipio durante os meses de veraneio	12 meses	Bombeiros Prefeitura Capitania dos portos Comitê Gestor	Secretaria de turismo SPU Marinha do Brasil Capitânia de Portos
Estudo da implantação de uma marina publica no municipio	Enseada encantada	Implantação de uma marina publica para melhorar os serviços para o turimo nautico no municipio	24 meses	Prefeitura Comitê Gestor SPU	Secretaria de turismo Marinha do Brasil Capitânia de Portos Iniciativa Privada

VERSÃO PRELIMINAR

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS - Ordenamento Marinho : Educação Formal e não-formal

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico das atividades de educação ambiental voltadas para uma mentalidade marítima de conservação e proteção ambiental	Todos	Entender os projetos e programas de educação no município	03 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Educação	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura Marinha do Brasil (Capitânia de Portos) Iniciativa privada Ministério do Meio Ambiente CIRM Iniciativa privada
Plano municipal de mentalidade marítima	Todos	Propiciar um programa de longo prazo com projetos específicos que possam, por setores econômicos e diferentes instituições atuar de forma pró-ativa na proteção ambiente costeiro e marinho	12 meses		
Levantamento de fontes de financiamento para o Plano municipal de mentalidade marítima	Todos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propiciar o desenvolvimento de material didático tendo como referência a realidade local</li> <li>- Capacitar professores para um programa de mentalidade marítima</li> <li>- Propiciar o desenvolvimento de programas de educação nos períodos de veraneio e de inverno tendo como base a educação formal e não-formal</li> </ul>	12 meses		
Programa de Educação e informação para os usuários do mar em Porto Belo	Todos	Conscientizar a população local, turistas e excursionistas acerca da importância dos ambientes marinho e costeiro como fator relevante para a proteção do ambiente aquático e desenvolvimento das atividades econômicas de Porto Belo	12 meses		
Implementação do Programa de Educação Ambiental (mentalidade marítima) em Porto Belo	Todos	Buscar a plena conscientização e envolvimento da população na sua relação com o ambiente marinho	12 meses		

<b>AÇÕES E MEDIDAS</b>	<b>Trecho</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b>
<b>O que fazer?</b>		<b>Por que fazer?</b>	<b>Quanto tempo?</b>	<b>Envolvido principal na ação?</b>	<b>Quem está envolvido secundariamente na ação?</b>
Programa de monitoramento dos programas e projetos de educação ambiental	Todos	Buscar qualificar de forma permanente as atividades de educação tendo como foco a idealização de uma consciência coletiva acerca da necessidade de proteger os ecossistemas marinhos e o desenvolvimento ordenado das atividades urbanas em Porto Belo.	Programa contínuo	Comitê Gestor SPU Secretaria de Educação	UNIVALI Colônia de Pesca Ministério da Pesca e Aquicultura Marinha do Brasil (Capitânia de Portos) Iniciativa privada Ministério do Meio Ambiente CIRM Iniciativa privada

VERSÃO PRELIMINAR

## AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS - Ordenamento Marinho: Fiscalização e monitoramento

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnóstico da situação atual do processo de fiscalização e monitoramento das atividades que ocorrem no espaço marinho de Porto Belo	Todos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entender os problemas e consequente análises destes no processo de organização das atividades de maricultura</li> <li>- Levantamento da legislação ambiental que incide no espaço marinho</li> </ul>	01 mês	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de Turismo	ICMBio IBAMA Polícia ambiental de SC.
Plano municipal para fiscalização do ordenamento territorial do espaço marinho	Todos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propiciar o pleno ordenamento das atividades de uso do mar a fim de garantir qualidade e proteção do ambiente aquático</li> <li>- Estabelecer parcerias de monitoramento e fiscalização</li> <li>- Estabelecer programas de monitoramento voluntário entre a sociedade portobelense, a iniciativa privada e o governo municipal.</li> </ul>	06 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de turismo	ICMBio IBAMA Polícia ambiental de SC
Levantamento de órgãos envolvidos e custo de programas e projetos para as atividades de monitoramento e fiscalização	Todos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propiciar a compra de equipamentos (barcos, bóias, etc)</li> <li>- Capacitar monitores voluntários para programas de fiscalização e monitoramento</li> <li>- Propiciar programas de integração institucional</li> </ul>	03 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de turismo	ICMBio IBAMA Polícia ambiental de SC

<b>AÇÕES E MEDIDAS</b>	<b>Trecho</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>DURAÇÃO DA ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>PARCEIROS ENVOLVIDOS</b>
<b>O que fazer?</b>		<b>Por que fazer?</b>	<b>Quanto tempo?</b>	<b>Envolvido principal na ação?</b>	<b>Quem está envolvido secundariamente na ação?</b>
Programa de Educação e informação para os processos de fiscalização e monitoramento do espaço aquático de Porto Belo	Todos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conscientizar a população local e turistas acerca da importância do ordenamento marinho como fator relevante para a proteção do ambiente aquático e desenvolvimento das atividades econômicas</li> <li>- Promover a ampla divulgação da legislação ambiental para os usuários do mar de Porto Belo</li> </ul>	12 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de turismo	ICMBio IBAMA Polícia ambiental de SC
Implementação de um núcleo da Capitania dos Portos	Rio Rebelo	- Proporcionar uma melhor fiscalização do ambiente marinho	12 meses	Capitania dos Portos Prefeitura SPU	Polícia Ambiental
Implementação do sistema de monitoramento e fiscalização de Porto Belo	Todos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar as atividades de a fim de evitar problemas e conflitos entre diferentes setores que atuam no espaço marinho</li> <li>- Estabelecer um sistema de comando e controle amigável entre usuários do mar e órgãos fiscalizadores e de monitoramento</li> </ul>	12 meses	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de turismo	ICMBio IBAMA Polícia ambiental de SC
Programa de fiscalização e monitoramento do espaço aquático	Todos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar as atividades de a fim de evitar problemas e conflitos entre diferentes setores que atuam no espaço marinho</li> <li>- Estabelecer um sistema de comando e controle amigável entre usuários do mar e órgãos fiscalizadores e de monitoramento</li> <li>- Cumprir com a legislação vigente.</li> </ul>	Programa contínuo	Comitê Gestor SPU Secretaria de Pesca Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de turismo	ICMBio IBAMA Polícia ambiental de SC



VERSÃO PRELIMINAR







ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
<b>LINHA DE AÇÃO: – Meio Ambiente / Unidade de Conservação</b>												
Propor a criação de UC's no município (Rio Perequê e Morro do Bicudo)												
Realizar diagnóstico das áreas previstas para criação das UC's: Rio Perequê, desde a foz até a nascente e Morro o Bicudo												
Diagnosticar a existência de trabalhos de pesquisa referentes a criação de UC's já existentes												

VERSÃO PR...





ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
<b>LINHA DE AÇÃO: Esporte, lazer e Cultura</b>												
Diagnóstico dos espaços públicos e potencial de uso destes para o esporte, lazer e cultura.												
Delimitar e regulamentar os espaços públicos para prática de esportes, lazer e atividades culturais.												
Incrementar o calendário de eventos municipais, centralizando o agendamento dos espaços públicos na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO.												
Requerer da União terrenos para uso publico												
Sinalização e sonorização Praia do Perequê.												

VERSÃO



ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
<b>LINHA DE AÇÃO: Turismo/ Esporte, Lazer e Turismo de Eventos</b>												
Diagnóstico dos espaços públicos e potencial de uso destes para o esporte, lazer e turismo de eventos.												
Levantamento dos conflitos de uso da praia da praia com a finalidade de gerenciar.												
Estabelecimento de Usos específicos dos costões												
Delimitar espaços públicos para práticas de esporte e lazer.												
Planejamento e incentivos fiscais para criação de via gastronômica no Perequê.												

VERSÃO 1



VERSÃO PRELIMINAR

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
<b>LINHA DE AÇÃO: Normatização da Orla/regularização fundiária</b>												
Levantamento/mapeamento da situação fundiária da orla												
Estabelecer planos de ações para regularização fundiária												
Levantar fontes de recursos e estabelecer estratégias e relações de mediação de conflitos												
Realizar estudos para definir os usos das áreas reapropriadas												
Implementar ações planejadas para os espaços reapropriados												

VERSÃO PR





ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
<b>LINHA DE AÇÃO: INFRA-ESTRUTURA: Saneamento/ Banheiros e chuveiros públicos</b>												
Analisar Plano de saneamento Básico para identificar as questões de saneamento na orla.												

Engloba as questões referentes a Gestão de resíduos sólidos, redes coletoras de esgoto, abastecimento de água e drenagem fluvial

VERSÃO PRELIMINAR

ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
<b>LINHA DE AÇÃO: Infra-estrutura: Estacionamentos, Trânsito, Saídas de emergências</b>												
-Acompanhar ações de implantação de um segundo acesso viário ao município de Bombinhas/Bombas												
- Criar projeto e estudo para implantação de um sistema binário de trânsito.												
- Estudo para resgatar antiga estrada de carros de boi .												
-Estudo para implantação de ciclovias integradas ao sistema de transporte do município												

VERSÃO F





ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
<b>LINHA DE AÇÃO: Ordenamento Marinho/ Balizamento</b>												
Diagnóstico da situação atual do balizamento náutico em Porto Belo												
Plano municipal de balizamento												
Levantamento da fontes de financiamento para aquisição do sistema de balizamento												
Programa de educação e comunicação visual para implementação do balizamento												
Implementar o sistema de balizamento em Porto Belo												
Fiscalização e monitoramento do programa de balizamento												

VERSÃO



ATIVIDADES	MÊS											
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
<b>LINHA DE AÇÃO: Ordenamento Marinho: Maricultura*</b>												
Diagnóstico das atividades de maricultura na área costeira de Porto Belo												
Plano de ordenamento territorial do espaço marinho para as atividades de maricultura												
Levantamento de fontes de financiamento para a atividade de ordenamento da maricultura												
Programa de Educação e informação para os usuários e consumidores dos produtos da maricultura de Porto Belo												
Implementação do sistema de ordenamento marinho em Porto Belo												
Programa de fiscalização e monitoramento do espaço aquático tendo como foco a atividade da maricultura												

\*As atividades aqui prescritas devem levar em consideração o PDLM – Plano de Desenvolvimento da Maricultura para a zona costeira de Santa Catarina.







## ESTRATÉGIA DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES

Além do envolvimento da sociedade, uma boa gestão requer articulação com agentes governamentais que possuem competências diversas no espaço da orla, os quais devem estar representados no Comitê Gestor. Esse segmento ganha expressão na compatibilização das políticas públicas incidentes na orla. Para tanto, é necessário estabelecer estratégias de interlocução direcionadas para ações cooperadas e convênios intergovernamentais. Nesse sentido, no presente item, é importante deixar claras as estratégias para execução das ações planejadas, com informações sobre os seguintes pontos:

- Definição de responsabilidades dos órgãos públicos atuantes na orla, especificando suas competências e atribuições na execução do Plano (aproveitar informações do diagnóstico);
- Identificação de programas e ações governamentais que possuam afinidade com as proposições do plano de gestão, especificando seus executores, e as instâncias que os aprovaram (aproveitar informações do diagnóstico);
- Forma de articulação dos planos, projetos e investimentos público e/ ou privados preexistentes que interagem com a orla, indicando seus executores as instâncias que os aprovaram e recursos financeiros correspondentes.

Neste sentido, foram então estabelecidas estratégias de envolvimento dos atores tendo como referência os principais temas elencados para o desenvolvimento dos planos de gestão, a saber:



<b>Atividades</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Responsável principal</b>	<b>Responsável secundário</b>	<b>Público-alvo</b>
<b>Meio Ambiente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer o Comitê Gestor da Orla tendo como referência o GT Meio Ambiente</li> <li>- Estabelecer um processo contínuo de capacitação entre o Comitê Gestor e a sociedade</li> <li>- Criar estratégias amigáveis de uso da orla entre os usuários nos meses de veraneio e inverno</li> <li>- Fortalecer a criação de um Conselho Gestor da APA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Palestras</li> <li>Reuniões públicas</li> <li>Workshops</li> <li>Mesas-redonda</li> <li>Seminários anuais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comitê Gestor SPU</li> <li>Fundação Municipal de Turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação de Moradores</li> <li>Iniciativa Privada UNIVALI</li> <li>UFSC</li> <li>ICMBlo</li> <li>FATMA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Turistas</li> <li>Moradores residentes</li> <li>Moradores de segunda residência</li> </ul>
<b>Urbanização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer o Comitê Gestor da Orla tendo como referência o GT Planejamento Urbano</li> <li>- Buscar desenvolver palestras com especialistas nacionais e internacionais sobre a estruturação e profissionalização das atividades de planejamento urbano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Palestras</li> <li>Reuniões públicas</li> <li>Workshops</li> <li>Seminários</li> <li>Saídas de campo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comitê Gestor SPU</li> <li>Secretaria de Planejamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação de Moradores</li> <li>Iniciativa Privada Brookfield</li> <li>Ministério das Cidades UNIVALI</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Turistas</li> <li>Moradores residentes</li> <li>Moradores de segunda residência</li> </ul>
<b>Esporte, Lazer e Cultura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer o Comitê Gestor da Orla tendo como referência o GT -Esportes</li> <li>- Criar um Conselho para certificar os restaurantes</li> <li>- Promover a cultura de Porto Belo na porção da orla</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões públicas</li> <li>Palestras</li> <li>Workshops</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comitê Gestor</li> <li>Fundação Municipal de Turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação de Moradores</li> <li>Iniciativa Privada UNIVALI</li> <li>ONGs</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bares e restaurantes</li> <li>Turistas</li> <li>Moradores residentes</li> <li>Moradores de segunda residência</li> <li>Turistas</li> </ul>

<b>Atividades</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Responsável principal</b>	<b>Responsável secundário</b>	<b>Público-alvo</b>
<b>Normatização da Orla</b>	<p>- Buscar consenso entre o Ministério Público Federal e Estadual, órgãos do governo e donos de bares e restaurantes</p> <p>- Fortalecer a criação de um Conselho Gestor da APA</p>	<p>Reuniões públicas</p> <p>Palestras</p> <p>Workshops</p>	<p>Comitê Gestor SPU</p> <p>Procuradoria da República Federal</p> <p>Procuradoria do Estado</p>	<p>Associação de Moradores</p> <p>Iniciativa Privada UNIVALI</p> <p>Capitânia dos Portos</p>	<p>Bares e restaurantes</p> <p>Moradores residentes</p> <p>Moradores de segunda residência</p> <p>Bares Flutuantes</p>
<b>Infra-estrutura</b>	<p>- Buscar consenso entre o Ministério Público Federal e Estadual, órgãos do governo</p>	<p>Reuniões públicas</p> <p>Palestras</p> <p>Workshops</p>	<p>Comitê Gestor SPU</p> <p>Procuradoria da República Federal</p> <p>Procuradoria do Estado</p>	<p>Associação de Moradores</p> <p>Iniciativa Privada</p>	<p>Bares e restaurantes</p> <p>Moradores residentes</p> <p>Moradores de segunda residência</p>
<b>Ordenamento Marinho</b>	<p>- Fortalecer as ações do Comitê Gestor da Orla – GT Ordenamento Marinho</p> <p>Estabelecer um zoneamento marinho para o espaço marinho</p>	<p>Palestras</p> <p>Reuniões públicas</p> <p>Workshops</p> <p>Mesas redonda</p>	<p>Comitê Gestor SPU</p>	<p>Associação de Moradores</p> <p>Iniciativa Privada UNIVALI</p> <p>Capitânia dos Portos</p> <p>Iate Clube de Porto Belo</p>	<p>Turistas</p> <p>Moradores residentes</p> <p>Moradores de segunda residência</p>



**MATRIZ DE CONFLITOS DO ESPAÇO MARINHO**



**MAPAS TEMÁTICOS PARA O ORDENAMENTO MARINHO**

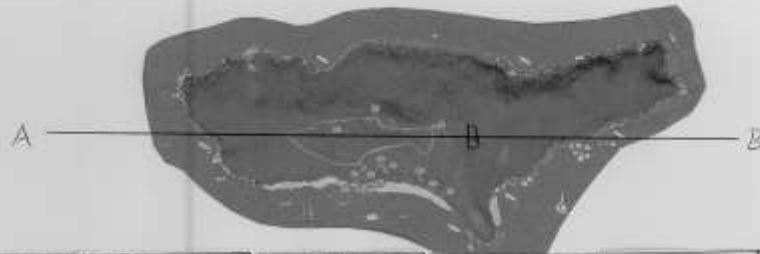


CENARIOS PARA A ORLA DE PORTO BELO

VERSÃO PRELIMINAR

# SETOR: ILHA DE PORTO BELO

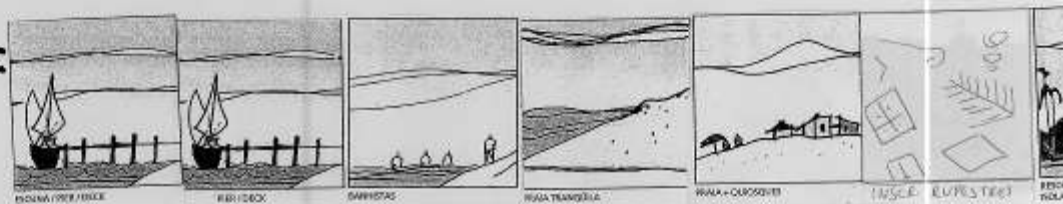
## TRECHO: PRAIA



### UAÇÃO ATUAL:



### UAÇÃO ESPERADA:



### UAÇÃO DESEJADA:



SETOR: ILHA DE PORTO BELO  
TRECHO: PISCINA / COSTÃO

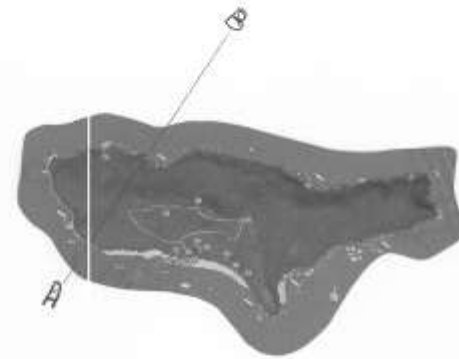
### SITUAÇÃO ATUAL



### SITUAÇÃO ESPERADA



### SITUAÇÃO DESEJADA

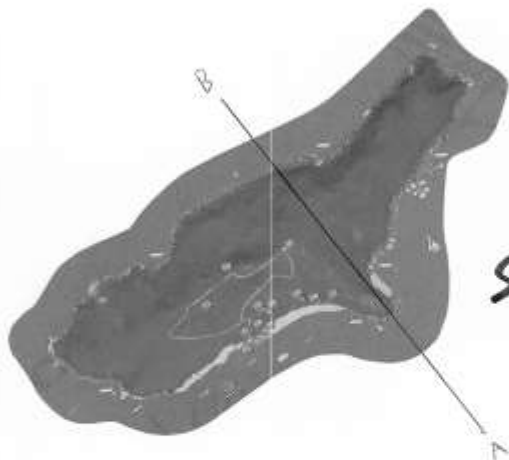


VER



VERSÃO PRELIMINAR

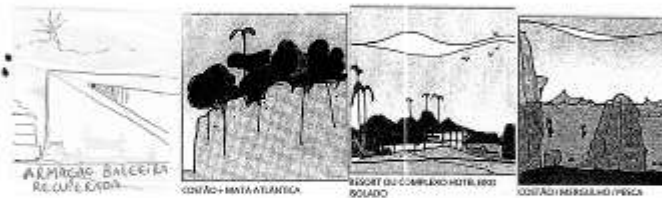
SETOR: ILHA DE PORTO BELO  
TRECHO: PRAIA DO TANQUE/COSTÃO



SITUAÇÃO ATUAL:



SITUAÇÃO ESPERADA:



SITUAÇÃO DESEJADA:



# SETOR ILHA DE PORTO BELO

## TRECHO: PRAIA

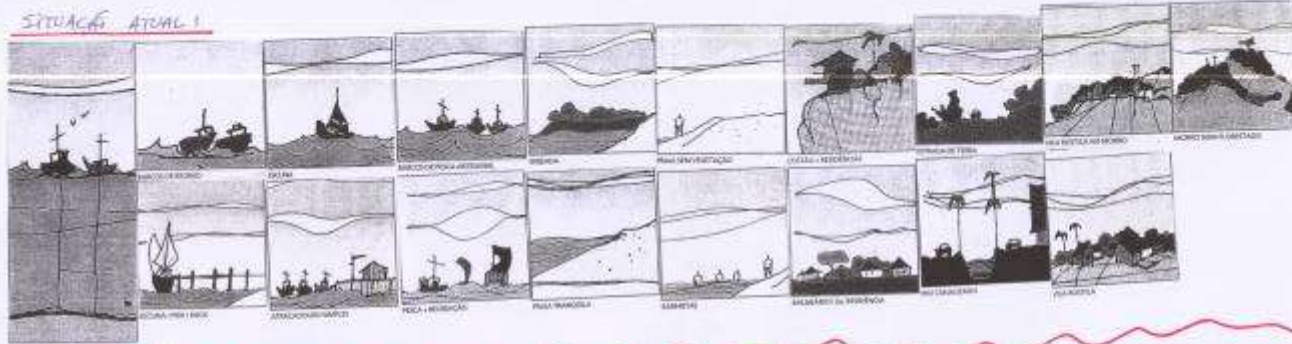


SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVA FUTURA (BUSCA DA QUALIDADE)

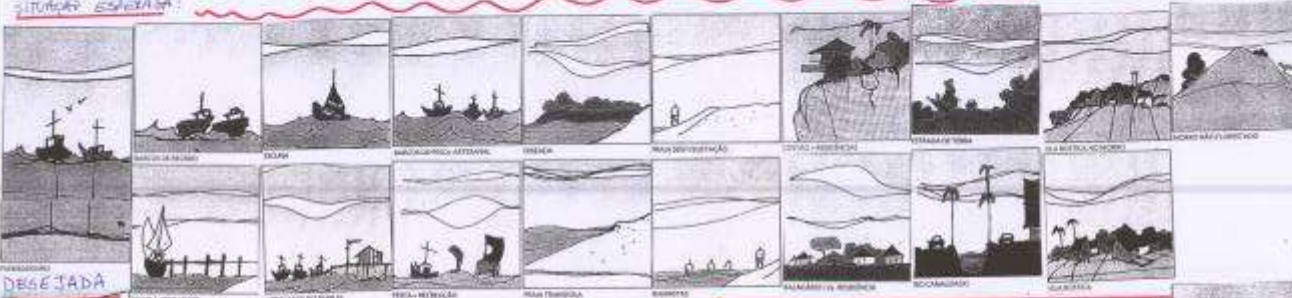
VERSI

ARAÇA: TRECHO 2: PRAIA DO ARAÇA + PRAINHA, ATÉ O INÍCIO DA APA PONTA DO ARAÇA (LINHA A/B: PRAIA, ANTO DE MADEIRA URBANIZADA EM DIREÇÃO AO MAR).

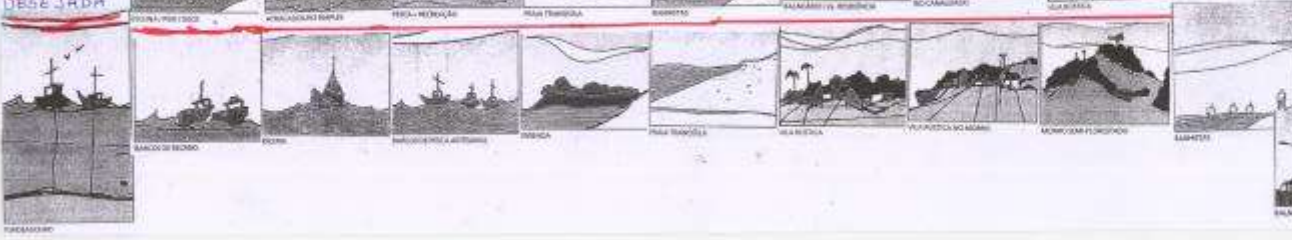
SITUAÇÃO ATUAL



SITUAÇÃO ESPERADA



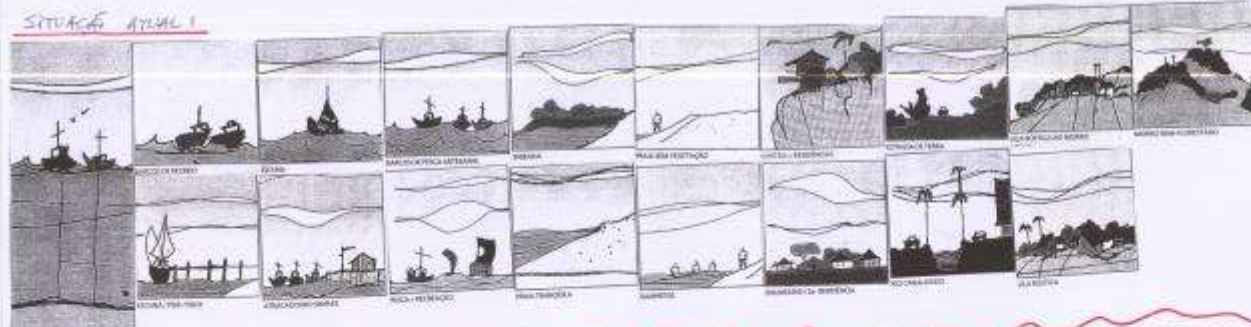
DESEJADA



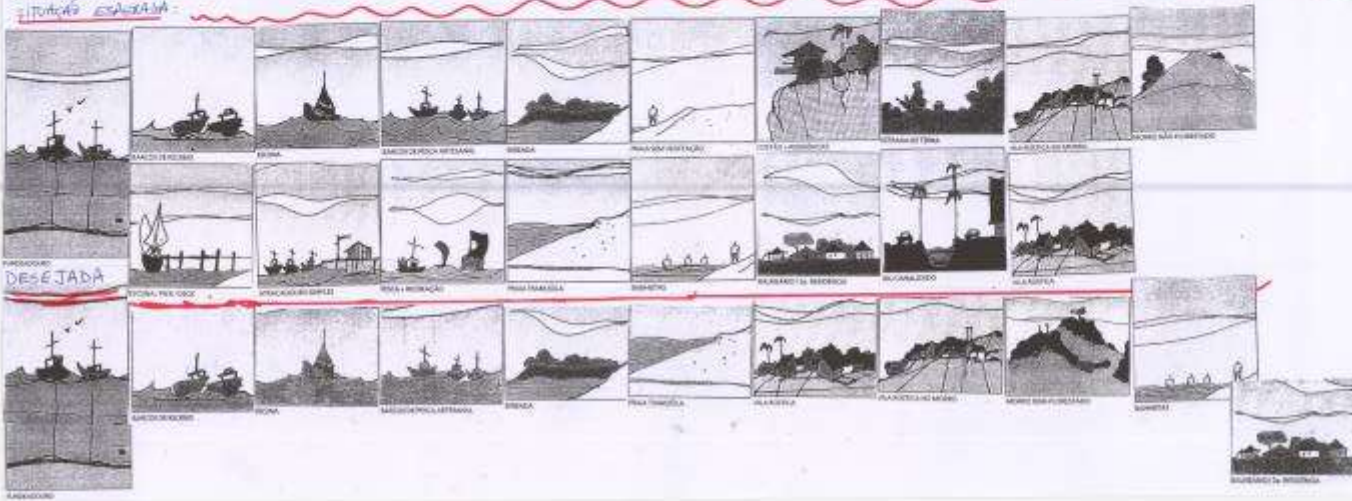
VERO

ARAÇA' : 'TRECHO Z : PRAIA DO ARAÇA' + PRAIA, ATÉ O INÍCIO DA APA PONTA DO ARAÇA' (Linha A/B: PRAIA, PRATO DE MADEIRA URBANIZAÇÃO EM MARÇÀ AO NOROCC)

SITUAÇÃO ATUAL



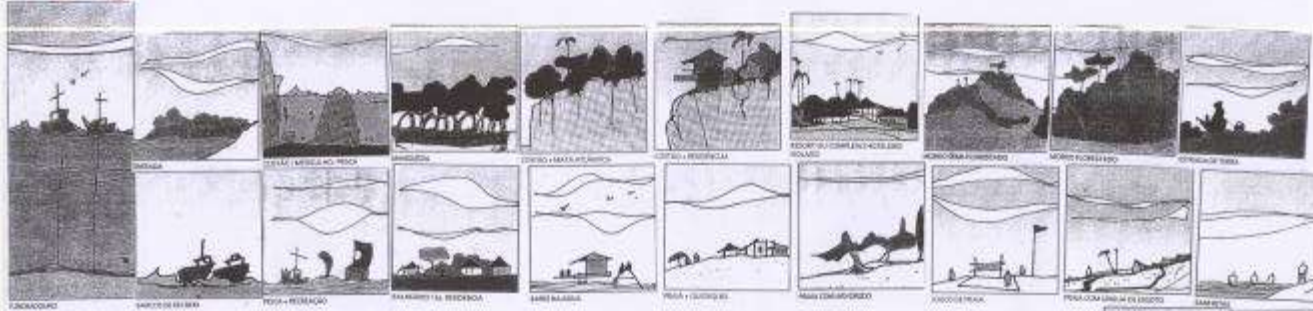
SITUAÇÃO DESEJADA



VERSÃO

ARAÇÁ - TRECHO 3: APA PONTA DO ARAÇÁ

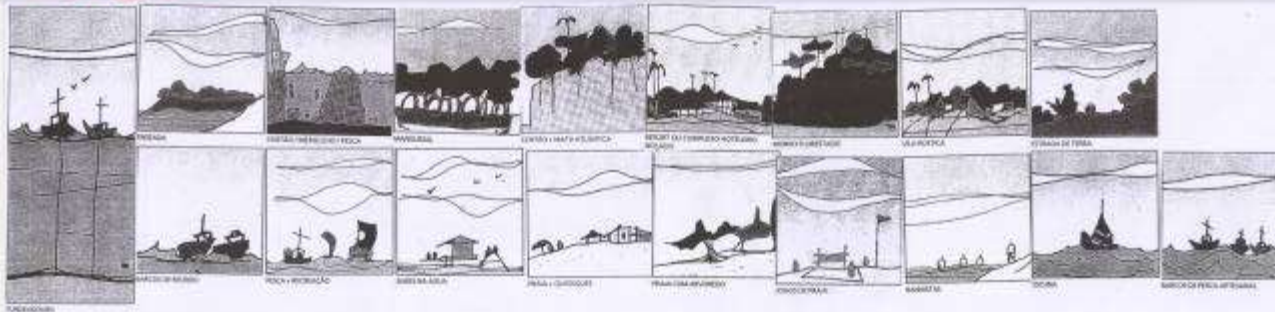
SITUAÇÃO ATUAL:



Situação esperada: não tem como existir, devido ao plano de manejo estar em fase final.



Situação desejada:



VERSÃO

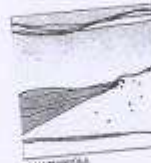


# Tracço I - Várias

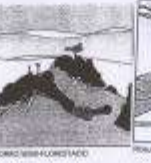
## SITUAÇÃO ATUAL



## TENDÊNCIAS



## CENÁRIO DESEJÁVEL



DECK-TALK  
COSTÃO

VERSA









# APÊNDICE

COMITÊ TÉCNICO MUNICIPAL DO PROJETO ORLA DE PORTO BELO - SC

VERSÃO PRELIMINAR

### **Critérios para participação no Comitê Técnico Municipal do Projeto Orla de Porto Belo – SC**

---

- Ter participado de uma das Oficinas (I e II) do Projeto Orla
- A entidade deverá ter atuação no município e/ou região;
- Ter sede em Porto Belo
- o representante da entidade deverá apresentar carta de apresentação da instituição apresentando-o como representante da mesma;
- A entidade não-governamental deverá apresentar ata de constituição de mínimo 12 meses.

VERSÃO PRELIMINAR

## **REGIMENTO INTERNO**

### **COMISSÃO GESTOR MUNICIPAL DO PROJETO ORLA CGM – PROJETO ORLA**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Da Natureza**

Art. 1º O Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla - CGM – PROJETO ORLA, órgão de caráter deliberativo, instituída pelo Decreto nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, é um órgão Colegiado vinculado diretamente à Prefeitura Municipal de Porto Belo, tendo a sua atuação regulada pelo disposto no presente Regimento Interno.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Da Finalidade**

Art. 2º. O Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla- CGM – PROJETO ORLA tem como finalidade a articulação e harmonização das políticas estadual, federal e municipal incidentes na orla, competindo-lhe:

I - Elaborar Plano de Gestão Integrada da Orla de Porto Belo, com o intuito de disciplinar o uso e ocupação da orla marítima brasileira, por meio de uma gestão patrimonial e ambiental integrada;

III – Participar, através de seu Presidente, ou representante do CGM – PROJETO ORLA de Porto Belo, quando convocado ou convidado das reuniões do CTE-PO.

II – Supervisionar os planos de intervenção municipal (Projeto Orla, Plano Diretor, Zoneamento Ecológico Econômico, Gerco, entre outros);

III – Fornecer apoio técnico no desenvolvimento de ações pertinentes ao Projeto Orla;

IV - acompanhar a execução dos planos de intervenção no município, bem como seus desdobramentos em diretrizes locais, incluindo eventuais alterações que se façam necessárias no Plano Diretor do município;

#### **CAPÍTULO III**

##### **Da organização e da composição**

#### **SEÇÃO I**

## **Da organização**

Art. 3º O CGM – PROJETO ORLA tem a seguinte estrutura:

I – Colegiado

II – Secretaria Executiva

III – Coordenação Geral

IV – Subcomissões e Grupos de Trabalho (GT).

§ 1º Entende-se por Colegiado o conjunto de instituições e entidades que representam os seguintes segmentos:

Do Poder Público Federal; do Poder Público Estadual; Poder Público Municipal, Associações, ONGS, Instituições de Ensino, e iniciativa privada;

§ 2º A Coordenação Geral será composta por um (a) presidente e vice-presidente;

§ 3º A Secretaria Executiva é responsável por desenvolver as funções necessárias para assegurar a efetividade da CGM – PROJETO ORLA;

§ 4º As Subcomissões e Grupos de Trabalho, permanentes ou não, serão formados para desenvolver atividades específicas.

## **SEÇÃO II**

### **Da Composição**

Art. 4º A composição do Colegiado do CGM – PROJETO ORLA será constituída por 1 (um) representante e respectivo suplente das instituições abaixo relacionadas:

#### **I- PODER PÚBLICO ESTADUAL:**

- a) Corpo de Bombeiros Militar

#### **II – DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL**

- a) Secretaria de Pesca e Agricultura
- b) Fundação Municipal de Turismo
- c) Fundação Municipal de Esportes
- d) Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
- e) Procuradoria Municipal de Porto Belo
- f) Secretaria de Obras de Porto Belo
- g) APA da Ponta do Araçá
- h) Secretaria da Administração

#### **III – ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS**

- a) Associação de Moradores e Amigos do Centro de Porto Belo - AMACPB
- b) Associação dos Moradores do bairro Araçá
- c) Associação Comunitária do Bairro Perequê
- d) Associação dos Moradores Amigos do Perequê

- e) Associação Porto Ambiental
- f) Santa Luzia
- g) RPPN Catarinense
- h) Marinas de Porto Belo (5 marinas) voz
- i) Amulecc
- j) CREA
- k) CDL
- l) Associação dos Pescadores Artesanais do trapiche de Porto Belo (transporte)( conferir – falta representatividade) conferir documentação. (são do transporte e não da pesca) TRANSPORTE MARÍTIMO
- m) Colônia de Pesca - Z8
- n) Ilha de Porto Belo (voz)

#### **SUBSEÇÃO I**

##### **Do Colegiado**

Art. 5º Aos membros do Colegiado compete:

- I – participar das reuniões a que forem regularmente convocados;
- II – propor matérias e/ou ações pertinentes à integração interinstitucional do Projeto Orla;
- III – propor a criação de Subcomissões e Grupos de Trabalho;
- IV – elaborar pareceres e relatórios técnicos de acompanhamento e de avaliação de execução dos Planos de Intervenção da Orla municipal;
- V – propor a participação eventual em reuniões do CGM – PROJETO ORLA de autoridades ou técnicos de reconhecida capacidade profissional, mediante convite e sem direito a voto;
- VI - manter o CGM – PROJETO ORLA informado das ações das instituições que representam, pertinentes aos objetivos do CGM – PROJETO ORLA;
- VII – desempenhar outras atribuições que lhes forem outorgadas pelo Presidente.

#### **SUBSEÇÃO II**

##### **Da Presidência**

Art. 6º A Presidência do CGM – PROJETO ORLA será exercida pelo representante da Prefeitura Municipal de Porto Belo;

Parágrafo Único – Na ausência do Presidente, a coordenação dos trabalhos ficará a cargo do vice-presidente e, no impedimento deste, por um membro escolhido em Colegiado.

Art. 7º Compete ao Presidente:

- I – convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê;
- II – representar externamente o CGM – PROJETO ORLA;
- III - convidar representantes de outras entidades, públicas ou privadas para participarem, eventualmente, de reuniões, sem direito de voto;



- IV – solicitar aos órgãos e entidades da Administração Municipal apoio institucional, por meio de informações, suporte material logístico e de recursos humanos necessários para a consecução dos objetivos do CGM – PROJETO ORLA;
- V – interagir com o poder público municipal, entidades não-governamentais e iniciativa privada sobre assuntos relacionados às atividades da CTM-Orla;
- VI – aprovar a pauta dos assuntos que serão submetidos à apreciação do Colegiado;
- VII – deliberar sobre medidas de urgência, necessárias ao bom andamento dos trabalhos *ad referendum* do Colegiado;
- VIII – propor a criação de Subcomissões ou Grupos de Trabalho;
- IX – Supervisionar os trabalhos da Secretaria Executiva;
- X – praticar os demais atos necessários ao cumprimento das atribuições do Plano de Gestão Integrado do Projeto Orla de Porto Belo, aprovados em Audiência Pública do município de Porto Belo e pelo CTE – Comitê Técnico Estadual do Projeto Orla.

### **SUBSEÇÃO III**

#### **Da Vice-Presidência**

Art. 8º A vice-presidência do CGM – PROJETO ORLA será exercida pelo representante eleito no Colegiado;

Art. 9º São atribuições do Vice-Presidente:

- I – substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- II – exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Presidência do CGM – PROJETO ORLA

### **SUBSEÇÃO IV**

#### **Da Secretaria Executiva**

Art. 10 A Secretaria Executiva do CGM – PROJETO ORLA, será dirigida por um (a) Secretário (a) Executivo, funcionário da prefeitura e integrante do Comitê, sendo este designado pelo presidente do CGM – PROJETO ORLA.

Art. 11 O Secretário Executivo do CGM – PROJETO ORLA tem como incumbência secretariar os trabalhos das reuniões.

§ 1º Nos casos de impedimento eventual do Secretário Executivo cabe ao Colegiado indicar um membro do CGM – PROJETO ORLA para exercer a função.

§ 2º O Secretário Executivo do CGM – PROJETO ORLA, será membro integrante do Colegiado e participará das reuniões sem direito a voto.

§ 3º Encaminhar, após sete dias da reunião a cópia da ata à todos os membros do CGM – PROJETO ORLA para eventuais correções.

Art. 12. Os membros do CGM – PROJETO ORLA que quiserem sugerir matérias a serem apresentadas durante as reuniões ordinárias deverão elaborá-las por escrito e encaminhá-las à Secretaria Executiva com 03 (três) dias de antecedência à data da realização da reunião, para fins de processamento e inclusão na pauta, salvo em casos devidamente da CGM – PROJETO ORLA.

### **SUBSEÇÃO V**

#### **Das Subcomissões ou Grupos de Trabalho**

Art. 15 Por proposta do Presidente e mediante aprovação do Colegiado do CGM – PROJETO ORLA poderão ser criadas Subcomissões e/ou Grupos de Trabalho, para elaboração de estudo ou trabalho específico.

§ 1º As Subcomissões e/ou Grupos de Trabalho extinguir-se-ão, automaticamente, após a conclusão dos estudos ou trabalho específico.

§ 2º Poderão compor as Subcomissões, além de membros do Colegiado, técnicos ou especialistas de reconhecida experiência e segmentos organizados da Sociedade, diretamente interessados nas questões de educação ambiental.

§ 3º As Subcomissões elegerão, dentre os seus membros os respectivos coordenadores e relatores, ficando ainda a cargo daqueles a definição da organização interna.

§ 4º Cada instituição representada somente poderá participar simultaneamente de até 3 (três) Subcomissões e Grupos de Trabalho.

## **CAPÍTULO VI**

### **Das Reuniões**

Art. 16. O Colegiado do CGM – PROJETO ORLA, se reunirá:

I – em sessões ordinárias, conforme cronograma pré-estabelecido, com periodicidade mínima mensal, mediante convocação e acompanhada da pauta dos assuntos a serem discutidos e da ata da reunião anterior para aprovação;

II – em sessões extraordinárias, mediante convocação, acompanhada da pauta dos assuntos a serem discutidos.

§ 1º Para a realização das convocações deverá ser observada a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis para as reuniões ordinárias e de 02 (dois) dias úteis para as reuniões extraordinárias.

§ 2º No caso de eventual adiamento de sessão ordinária, a nova data deverá ser fixada no prazo de cinco (cinco) dias úteis.

§ 3º A convocação de sessões extraordinárias dar-se-á por iniciativa do Presidente ou a pedido da maioria simples dos membros do CGM – PROJETO ORLA.

§ 4º As reuniões do Colegiado do CGM – PROJETO ORLA, serão realizadas em local a ser determinado pelo Presidente.

**Art. 17.** A condução dos trabalhos das reuniões obedecerá a seguinte ordem:

I – instalação dos trabalhos pelo Presidente ou seu vice-presidente;

II – assinatura do livro de presença;

III – verificação de *quorum*;

IV – leitura e votação da ata da reunião anterior; leitura das correspondências recebidas e/ou emitidas;

V – leitura da pauta da reunião;

VI – apresentação, discussão e votação dos assuntos constantes da pauta;

VII – palavra livre para a comunidade presente e/ou convidados de assuntos pertinentes ao Projeto Orla;

VIII – encerramento dos trabalhos pelo Presidente.

**Art. 18.** A presença mínima de 1/3 dos membros, com direito a voto, estabelecerá *quorum* para a realização das reuniões.

**Parágrafo Único.** Não havendo *quorum* para reunião ordinária e extraordinária, haverá nova convocação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a primeira convocação, com *quorum* mínimo especificado no caput deste artigo. Não sendo atingido esse *quorum*, a reunião se realizará 30 (trinta) minutos após o horário previsto, em segunda convocação, com qualquer número de seus membros presentes.

**Art. 19.** Após 03 (três) faltas consecutivas, ou por 5 (cinco) faltas alternadas da instituição em reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, o (a) Presidente da Comissão enviará o ofício ao dirigente ou representante legal da instituição ou entidade, comunicando a ausência de seu representante.

**Parágrafo Único.** Na ausência de justificativa prévia da instituição ou entidade no prazo de 30 (trinta) dias o(a) Presidente da Comissão enviará ofício ao dirigente ou representante legal da instituição ou entidade, solicitando oficialização do interesse ou não de continuar fazendo parte do colegiado do CGM – PROJETO ORLA.

**Art. 20.** As deliberações do Colegiado do CGM – PROJETO ORLA dar-se-ão por maioria simples, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de qualidade e consubstanciar-se-ão sob a forma de:

I – Resolução, quando se trata de deliberação vinculada às competências legais da Comissão;

II – Moção, quando se trata de manifestação ou indicação a ser dirigida a qualquer órgão ou entidade, governamental ou não, relacionada com a temática do Projeto Orla.

III – Parecer, quando se trata de matéria de Projeto Orla submetida à sua apreciação.

§ 1º As Resoluções, as Moções e Pareceres serão datadas e numeradas, em ordem distintas, cabendo à Secretaria Executiva corrigi-las, ordená-las e indexá-las.

**Art. 21.** A Secretaria Executiva distribuirá para todos os membros, junto com a convocação, a pauta e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados nas reuniões.

**Art. 22.** A participação dos membros dar-se-á por ordem de inscrição na mesa diretiva.

§ 1º Após as discussões, o assunto será votado pelo Colegiado;

§ 2º Somente terão direito a voto os representantes dos órgãos e entidades previstos no artigo 4º desse Regimento, ou seus respectivos suplentes;

**Art. 23.** Das reuniões do Colegiado serão lavradas atas, que serão submetidas à aprovação, assinadas na reunião subsequente e, após, serão arquivadas junto à Secretaria Executiva e dada a devida publicidade.

## **CAPÍTULO VII**

### **Das disposições finais.**

**Art. 24** As despesas de transporte, diárias ou de outra natureza, efetuadas pelos membros do CGM – PROJETO ORLA, e das Subcomissões ou Grupos de Trabalho, serão custeadas pelos respectivos órgãos ou entidades representados.

§ 1º Os membros do CGM – PROJETO ORLA previstos no artigo 4º poderão apresentar propostas de alteração deste Regimento à Secretaria Executiva, para exame e parecer, sempre que houver necessidade de atualiza-lo.

§ 2º De posse do Parecer da Secretaria Executiva, o Presidente o submeterá à votação dos membros, em Colegiado.

§ 3º A alteração regimental proposta será aprovada se obtiver o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros do CGM – PROJETO ORLA.

Art. 25. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pelo Presidente do CGM – PROJETO ORLA, ouvido do Colegiado.

VERSÃO PRELIMINAR